

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

ROSELY COSTA DE SOUZA

**A PERCEPÇÃO DE JOVENS RESIDENTES DO BAIRRO SÃO BENEDITO
(VITÓRIA/ES) SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA COMUNIDADE**

VITÓRIA

2017

ROSELY COSTA DE SOUZA

**A PERCEPÇÃO DE JOVENS RESIDENTES DO BAIRRO SÃO BENEDITO
(VITÓRIA/ES) SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ms. Camila Costa Valadão

VITÓRIA

2017

ROSELY COSTA DE SOUZA

**A PERCEPÇÃO DE JOVENS DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS SOBRE A
ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Profa. Ms. Camila Costa Valadão – Orientadora

Prof. Ms. Camila Lopes Taquetti – UCV

Sabrina Lúcia Pinto da Silva – Assistente Social da SESA

A Wedeson de Souza Pereira (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

A Deus por me abençoar muito mais do que eu mereço. Por me presentear todos os dias com riquezas incalculáveis. Só peço a Ti olhos doces para receber e, sobretudo agradecer;

A mainha e painho, que são meu porto seguro, que foram meus maiores professores e espelhos na escola da vida pelo extraordinário exemplo de amor, dedicação, luta e determinação;

Aos meus amados irmãos pelos grandes esforços e sacrifícios que fizeram para que esse sonho pudesse se concretizar, quero compartilhar essa vitória com vocês... Que me ofereceram sempre o melhor que puderam dar, através do apoio; da palavra de incentivo; do gesto de compreensão e da atitude de segurança, mesmo quando me veio o desânimo;

Aos meus amados sobrinhos, que florescem e colorem minha vida, especialmente Wedeson de Souza Pereira (In memoriam), que com seu amor e admiração tornou minha vida mais amável. Sua 'princesinha' o ama imensamente meu guerreiro, meu eterno, meu amor;

Aos meus 'pais de coração', Sra. Tiana e o Sr. Daniel, que me apoiaram e me proporcionaram ainda mais amor, que também acreditaram no meu sonho;

As minhas amigas, especialmente minhas 'Marias' e companheiras de luta, meu muito obrigada! Obrigada por não permitirem que a distância, dificuldades e impedimentos enfraquecessem o que é verdadeiro. Obrigada por tornarem minha vida mais fácil e alegre;

Ao meu companheiro, que se torna cada vez mais presente na minha vida. Que nosso laço seja eterno, repleto de amor, respeito e reciprocidade (te amo pretinho);

A Camila Costa Valadão, minha orientadora, pela compreensão, força e ensino;

A Camila Lopes Taquetti por me instruir e fortalecer nos primeiros passos para concretização desse trabalho;

Aos profissionais, principalmente de Serviço Social que passaram por minha vida e compartilharam conhecimentos. Agradeço imensamente pela paciência, dedicação e persistência;

A trajetória acadêmica, onde ao longo desses quatro anos passei por muitas situações novas na minha vida, momentos mágicos diria. Momentos que me oportunizaram conhecer pessoas novas e fortalecer 'velhos' vínculos, momentos que possibilitaram crescimento pessoal, profissional e espiritual;

A todos que estiveram direta ou indiretamente ao meu lado nas horas que chorei, sorri, me lamentei ou demonstrei total alegria... que respeitaram meus sentimentos. Obrigada por fazerem parte da minha história;

A vida, que daqui em diante eu possa me renovar, questionar e aceitar novas declarações, criar peripécias, conhecer novos lugares... Enfim, viver o novo.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal identificar a percepção de jovens residentes no bairro São Benedito (Vitória/ES) sobre a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na comunidade. Para tanto, buscou-se um arcabouço teórico capaz de elucidar as diversas concepções de juventude, o ser jovem na sociedade capitalista, bem como compreensões sobre o Estado, território e a problemática da segurança pública no Brasil. No que se refere à metodologia, a pesquisa possui caráter qualitativo e a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com jovens residentes no bairro São Benedito, sendo 15 homens e 15 mulheres. Os dados foram sistematizados e analisados a partir do perfil dos/das entrevistados/as e as percepções sobre a atuação da PMES na comunidade. No que tange os resultados, desperta a atenção no perfil dos/das entrevistados/as o fato de 83% se autodeclarar pardo e preto, 77% possuir o Ensino Médio Incompleto e nenhum jovem no Ensino Superior, e apenas 20% trabalhar com vínculo formal. Sobre as percepções no que diz respeito a atuação da Polícia Militar, os resultados evidenciam, entre outros aspectos, que 43% afirmam que a PMES atua com abuso de autoridade, 50% declaram ter sofrido algum tipo de violência policial em abordagens e 87% alegam que há diferença na forma como a PMES atua em bairros periféricos em comparação aos bairros de classe média. Desse modo, os dados ilustram a luta diária de moradores/as de bairros periférico para acessar direitos e efetivar cidadania.

Palavras-chave: Juventude. Segurança. Território. Políticas Sociais.

ABSTRACT

The main objective of this study is to identify the perception of young people living in the São Benedito neighborhood (Vitória / ES) about the role of the Military Police of Espírito Santo (PMES) in the community. In order to do so, we sought a theoretical framework capable of elucidating the different conceptions of youth, being young in capitalist society, as well as understandings about the State, territory and the problem of public security in Brazil. Regarding the methodology, the research has a qualitative character and the data collection was done through semi-structured interviews with young people living in the São Benedito neighborhood, 15 men and 15 women. The data were systematized and analyzed based on the profile of the interviewees and the perceptions about the performance of PMES in the community. Regarding the results, the profile of the interviewees shows the fact that 83% self-declare brown and black, 77% have incomplete High School and no young people in Higher Education, and only 20% work with a formal bond . Regarding perceptions regarding the role of the Military Police, the results show, among other aspects, that 43% affirm that the PMES acts with abuse of authority, 50% state that they have suffered some type of police violence in approaches and 87% that there is a difference in the way PMES operates in peripheral neighborhoods compared to middle-class neighborhoods. Thus, the data illustrates the daily struggle of residents of peripheral neighborhoods to access rights and effect citizenship.

Keywords: Youth. Safety. Territory. Social Politics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária do (a) entrevistado (a)	61
Gráfico 02 – Sexo.....	62
Gráfico 03 – Orientação sexual/identidade de gênero	63
Gráfico 04 – Estado civil.....	64
Gráfico 05 – Jovens que possuem ou não filho (a)	64
Gráfico 06 – Quantidade de filho(s).....	65
Gráfico 07 – Etnia/Cor	66
Gráfico 08 – Escolaridade	67
Gráfico 09 – Ocupação profissional	68
Gráfico 10 – Tipo de moradia	69
Gráfico 11 – Situação de moradia	69
Gráfico 12 – Jovens que acreditam que a polícia militar possibilita segurança aos moradores	71
Gráfico 13 – Sentimento que a polícia transmite.....	72
Gráfico 14 – Como os policiais militares se relacionam com os (as) moradores (as).....	72
Gráfico 15 – Jovens que já foram ou não abordados (as) pela Polícia Militar.....	73
Gráfico 16 – Jovens abordados (as) que sofreram ou não algum tipo de violência (física, psicológica, moral)	75
Gráfico 17 – Reações dos (as) jovens abordados (as)	75
Gráfico 18– Jovens que conhecem pessoas que já sofreram algum tipo de violência policial	76
Gráfico 19 – Jovens que notam ou não diferença na atuação da Polícia Militar em comparação a outros bairros considerados não periféricos	77
Gráfico 20 – Jovens que já ouviram falar sobre a desmilitarização da Polícia Militar.....	79

LISTA DE SIGLAS

CPES – Capitania dos Portos do Espírito Santo

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EJUVE – Estatuto da Juventude

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PEF – Programa de Estruturação Familiar

PM – Polícia Militar

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPP – Unidade de Polícia pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 ABORDAGEM SOBRE JUVENTUDE	25
2.1.1 Condição de vida dos jovens na atualidade	25
2.2 ESTADO, SEGURANÇA E VIOLÊNCIA JUVENIL NO BRASIL.....	36
2.2.1 Segurança Cidadã, violência policial e desmilitarização na contemporaneidade	43
2.3 TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	51
3 METODOLOGIA	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1 PERFIL DOS (AS) JOVENS ENTREVISTADOS (AS)	61
4.1.1 Faixa etária do (a) entrevistado (a)	61
4.1.2 Sexo.....	61
4.1.3 Orientação sexual/identidade de gênero.....	62
4.1.4 Estado civil	63
4.1.5 Jovens que possuem ou não filho (a)	64
4.1.6 Quantidade de filho (s)	64
4.1.7 Etnia/cor	65
4.1.8 Escolaridade	66
4.1.9 Ocupação profissional.....	67
4.1.10 Tipo de moradia.....	68
4.1.11 Situação de moradia	69
4.2 PERCEPÇÕES SOBREA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.....	69
4.2.1 Visão sobre a garantia de segurança aos moradores pela Polícia Militar.....	69
4.1.2 Sentimento que a Polícia transmite.....	71
4.2.3 Como os policiais se relacionam com os (as) moradores (as)	72

4.2.4 Jovens que já foram ou não abordados (as) pela Polícia Militar	73
4.2.5 Jovens abordados (as) que sofreram ou não algum tipo de violência (física, psicológica, moral)... ..	73
4.2.6 Reações dos (as) jovens abordados (as).. ..	74
4.2.7 Jovens que conhecem pessoas que já sofreram algum tipo de violência.....	75
4.2.8 Jovens que notam ou não diferença na atuação da Polícia Militar em comparação a outros bairros considerados não periféricos	76
4.2.9 Jovens que já ouviram falar sobre a desmilitarização da Polícia Militar...	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA	91
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	95

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade extremamente contraditória, onde se tem uma luta de classes entre *Capital versus Trabalho*. Desse antagonismo surgem múltiplas expressões da questão social. Atualmente, essas expressões têm sofrido um processo de radicalização, fazendo com que acontecimentos sociais alcancem níveis extremamente preocupantes.

Dentre essas, destaca-se o aumento da violência, que tem sido bastante discutida entre pensadores como objeto sistemático de pesquisa. Tem-se buscado apreender este fenômeno em diversos contextos históricos, sociais e culturais (MINAYO, 1994).

A partir dessa pontuação acima, com junção a questões pessoais oriundas de vivências, surgiu o tema que norteará minha pesquisa, sendo este “*A Percepção de Jovens Residentes do Bairro São Benedito (Vitória/ES) Sobre a Atuação da Polícia Militar na Comunidade*”.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar a percepção de jovens residentes do bairro São Benedito, sobre a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na comunidade. Como objetivos específicos buscou-se compreender as concepções acerca da juventude, da segurança pública e do território; identificar o perfil socioeconômico dos jovens entrevistados; interpretar a realidade dos jovens do bairro frente à Política de Segurança Pública na contemporaneidade.

Sobre o bairro São Benedito, lócus dessa pesquisa, cabe evidenciar que:

[...] Os olhos de quem chega ao alto do morro onde se situa o São Benedito se perdem em paisagens distantes que, apesar disso, parecem pertencer ao bairro. Tomando por base a avenida Leitão da Silva, no sentido de Bento Ferreira e Praia do Suá, adiante se veem os bairros de Santa Lúcia, Praia do Suá e Enseada se encontrarem com a Baía de Vitória e terminarem no Convento da Penha. À direita a visão tem como centro o Penedo, visão maciça, apenas perturbada pelos ferros entrelaçados dos guindastes do Porto de Vitória e pelos telhados dos edifícios. À esquerda, quase atrás, o Mestre Álvaro, lá longe, faz sombra sobre os bairros do norte de Vitória. Os habitantes do São Benedito têm uma das vistas mais privilegiadas de Vitória. É um relativamente jovem bairro de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Dos bairros que compõem a região administrativa que a Prefeitura Municipal de Vitória convencionou chamar Região Poligonal 1, é o de mais recente ocupação. É talvez o bairro mais alto da cidade. O pico do morro ocupado por ele tem 194 metros de altitude: é um maciço de grandes pedras cercado de árvores centenárias, de difícil acesso, e uma das grandes belezas do lugar. A julgar por suas ruas e becos íngremes, a fundação do São Benedito deverá ter apresentado sérias dificuldades (NUNES, 2012, p. 12-13).

A ocupação da área onde hoje se localiza o bairro surgiu na década de 1960, quando o 'militar misterioso', intitulado como Sargento Carioca organizou uma invasão emergente ao local que era propriedade do Estado, este que por várias vezes reprimiu os ocupantes, mas que não obteve sucesso nas tentativas de expulsões (NUNES, 2012).

São Benedito conta hoje com infraestrutura e acesso ainda que fragilizado à políticas públicas. O bairro possui riquezas de traços culturais e ampla área de preservação. São Benedito desperta curiosidades por ter localizado no bairro o farol de maior altitude, segundo a Capitania dos Portos do Espírito Santo (CPES), responsável pela manutenção da torre e possuir a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) 100% blindada, em escala nacional (NUNES, 2012; TARDOQUE, 2014; VERLI, 2017).

O bairro possui significativos equipamentos, sendo na área da educação a 'EEEF Paulo Roberto Vieira Gomes'; o Serviço de Engajamento Comunitário (SECRI), um espaço socioeducativo que oferece o Programa de Estruturação Familiar (PEF), o Projeto Crer com as Mãos e o Programa de Juventude. Se tratando de economia, o 'Banco Bem', um banco comunitário que foi criado em 2005 e pequenos comércios além de linha regular de transporte, etc. (NUNES, 2012).

A atmosfera do bairro é tranquila, há cumprimentos corteses, não raro seguidos de sorrisos acolhedores, mesmo a estranhos ao bairro os habitantes respondem aos bons dias, aos boas-tardes com grande cordialidade. Entre eles parece ser extremamente forte a sensação de irmandade, transmitida espontaneamente mesmo ao menos atento dos observadores. O forte elo existente entre os habitantes impressiona. Os visitantes do bairro, aparentemente muito bem recebidos, podem concluir facilmente que o São Benedito não parece ser merecedor da fama de lugar violento que atribuem a ele (NUNES, 2012, p. 12).

Nessa atmosfera do bairro considerada tranquila por pensadores e moradores locais, existem também olhares e atuações de determinados 'profissionais', como policiais militares, que caberia julgar preconceituosas. A Política de Segurança Pública parece andar de costas para a realidade vivida na comunidade. Apesar da tamanha diversidade que se tem no local, permanecem condutas exteriores que fragilizam significativamente a realidade dos moradores. Tais condutas são frequentes e seguem enraizadas não só no bairro, mas no município.

A pesquisa tem como relevância social e pessoal, entender esse movimento da sociedade, a atuação da Polícia Militar, principalmente em comunidades periféricas, uma das áreas mais excluídas, mas que possui um grande potencial para se efetivar políticas de Segurança Pública que respondam aos anseios dos jovens e suas expectativas que são cotidianamente

fragmentadas por uma atuação 'não profissional'. A realidade urbana se baseia em condutas e abordagens violentas. É evidente a necessidade de se pensar meios de se implementar políticas públicas juvenis, que caminhem em direção a emancipação dos jovens e efetivação de direitos.

Tais relevâncias surgiram a partir de vivências em projetos sociais como a Organização Não Governamental (ONG) "Serviço de Engajamento Comunitário (SECRI)" e o "Núcleo Afro Odomodê", um espaço voltado para jovens e que luta contra a desigualdade racial. Além desses projetos, a participação acadêmica no Projeto de Extensão "Diálogos sobre Juventude" e de Iniciação Científica "Poder Local e Juventude: As ações e o controle social", ambos sob orientação da Prof^a. Ms. Camila Lopes Taquetti, possibilitaram um aporte teórico-crítico fundamental para desenvolvimento da pesquisa.

Para além dessas vivências como educanda, bolsista e voluntária, respectivamente, um fato que ocorreu no dia 25 de outubro de 2016, impulsionou ainda mais o desejo de se debruçar sobre o tema juventude. Na data aqui citada, Wedeson de Souza Pereira (In memoriam), um jovem de 16 anos de idade foi covardemente morto por um policial militar. Para muitos cidadãos alienados pelas distorções da mídia foi apenas mais "um preto", "um favelado" que veio a óbito, para moradores do bairro São Benedito e adjacências, familiares e amigos, foi mais um jovem com uma vida cheia de sonhos que perdeu o direito de viver.

De acordo com laudo médico, uma lesão causada por um disparo de arma de fogo, que atingiu a nádega direita e varou no flanco esquerdo e a negligência policial em prestar socorro imediato, resultaram em uma hemorragia intra-abdominal e traumatismo abdominal. Fatores determinantes da morte. Ao caminho do hospital, depois de aproximadamente 40 minutos do ocorrido, nos braços do irmão mais velho, o jovem disse adeus, chegando ao hospital com ausência de pulso em grandes vasos, que sucederam em tentativas de reanimação sem sucesso (GOMES, 2017).

Perseguido há cerca de dois anos pelo policial militar que efetuou o disparo, o jovem estava de costas para o "profissional", quando este que alegou ter atirado em autodefesa, o acertou. Segundo moradores, ao cair de bruços, a vítima teve o corpo virado de forma que posicionamento o deixou frente a frente com agressor, este que, enquanto a vítima questionava atitude e desesperadamente gritava por socorro, desdenhava e o chacoteava na cena do crime. Atitude do parceiro direto do agressor também chamou atenção, pois este não interferiu na ação do colega de profissão, apenas se mostrou contrário quando irmão da vítima chegou ao local e pediu para que prestassem socorro. Agressor não ajudou em

remoção da vítima, enquanto parceiro deixou-o cair, ocasionando forte pancada na cabeça ao transferi-lo de viatura policial para a maca hospitalar (GOMES, 2017).

Figura 1 – Para reflexão: Imagem que estampa capa de rede social do jovem Wedeson, morto por um policial militar



Fonte: Gazeta Online (2016).

Essa é uma das muitas realidades vividas pelos moradores do bairro. São Benedito é sem sombra de dúvidas, um bairro cheio de histórias e lutas, o que possibilita um enriquecimento ainda maior da pesquisa, pois um local que para muitos é apenas mais um bairro, para outros demonstra ser palco de árdua sobrevivência. Nesse sentido, e frente a um aporte ético-político, teórico-crítico e político-organizativo acumulado, a pesquisa buscou elucidar fatores que contribuíram consideravelmente para que a realidade juvenil seja massivamente desigual e violenta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico abordará as diferentes concepções sobre a juventude, buscando desconstruir olhares estereotipados e construir conceitos críticos a

respeito do tema. Serão considerados também aspectos da Segurança Pública, da atuação da Polícia Militar e a pluridimensionalidade espacial do território.

2.1 ABORDAGEM SOBRE JUVENTUDE

Ao tratar de juventude, nota-se necessário desconstruir determinados estereótipos e estigmas, abrindo assim, espaço de resgate de conceitos e concepções sobre o assunto. Isso se dá frente o fato de que não existe um único critério para conceituar juventude e sim variantes posições, sejam estas complementares ou divergentes (QUIROGA, 2001).

De acordo com o Estatuto da Juventude (EJUVE), Lei 12.852/2013, considera-se jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos. Existe ainda uma sobreposição categorial, que subdivide essa consideração em jovem-adolescente (15 a 17 anos); jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos) (BRASIL, 2013; LÉPORE; RAMIDOFF; ROSSATO, 2014). O EJUVE versa sobre os direitos dos jovens, diretrizes das políticas públicas de juventude e o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude (BRASIL, 2013).

Comumente, a idade é o ponto de partida para definir o que é ser jovem. Assumindo-se assim, como a principal referência na compreensão da juventude por idade cronológica e geração (QUIROGA, 2001). Atualmente, contextos econômicos e sociais, sobretudo, relacionados às dificuldades de inserção social e às modificações no mundo do trabalho, têm tendenciado mundialmente a ampliação desse período. No Brasil, a juventude é delimitada de acordo com o EJUVE, contudo em países da União Europeia já se considera jovem pessoas que têm entre 15 e 30 anos de idade (QUIROGA apud VALADÃO, 2013).

A atenção social, cultural, midiática e econômica dirigida aos jovens no país por discrepantes vertentes se torna crescente. Diferentes “pensadores” inseridos em diversos campos trazem à tona o tema juventude, investigando e refletindo seus desdobramentos (ABRAMO, 1997).

Muitos consideram a juventude como uma fase de transição para o mundo adulto, mas muito mais do que isso, constitui-se como um período propício para elaboração

de formas e expressões de sociabilidade, construção de identidades e definições para o futuro (MINAYO, 1994). Essa é a razão pela qual corresponde a um momento de divergências, logo, essa fase é dotada de muitas dimensões (MINAYO, 1994).

Em 1950, a juventude era vista por um viés de transgressão potencialmente generalizada frente a uma “rebeldia sem causa”. Entre os anos de 1960 e 1970, o jovem aparece inserido como uma geração de constante ameaça a ordem social em planos culturais, morais e políticos, desencadeando diversos atos concretos de transformações sociais (ABRAMO, 1997). Neste período, movimentos estudantis de oposição ao regime militar inseridos em movimentos contra cultura e pacifistas permitiram em várias partes do mundo um ganho de maior visibilidade a juventude (ABRAMO, 1997).

Somente a partir dos anos 1960 que a imagem da juventude ganhou uma reelaboração e passou a ser assimilada de maneira positiva, como uma geração idealista, criativa e generosa (ABRAMO, 1997). Isso se tornou possível através de mobilizações estudantis de luta contra o regime autoritário, inserção em movimentos culturais de constante questionamento aos padrões comportamentais e engajamento em partidos políticos. Os jovens ousaram sonhar e se comprometer com a mudança social (ABRAMO, 1997).

Oposto à visão acima abordada, nos anos 1980, a juventude aparece como individualista, indiferente, patológica, conservadora e apática. Como uma geração que apresentou recusa em assumir o papel de inovação política e cultural (ABRAMO, 1997). Na década seguinte, a visibilidade social dos jovens muda comparada a década anterior, os jovens passam a se envolver em diversos tipos de ações sociais. Estas que foram tanto individuais quanto coletivas, ainda que haja uma retomada de elementos presentes nos anos de 1950, onde se tinha uma centralização de problemas comportamentais de desvio no processo de integração social (ABRAMO, 1997).

A histórica tematização da juventude sob a ótica dos problemas sociais mostra a juventude como uma parte isolada da sociedade, ou seja, incapaz de estabelecer mediações necessárias aos processos e transformações da sociedade capitalista na forma de produção ou reprodução das relações sociais (QUIROGA, 2001). É válido

fazer um resgate da concepção de juventude, considerando-a como uma categoria “natural” versus construída “sócio historicamente” (QUIROGA, 2001).

Juventude enquanto uma noção de categoria natural, ou seja, discutida dentro de uma perspectiva universal, não problematiza significados relativos à inserção em contextos concretos assumindo seu curso da vida como uma continuidade linear de etapas evolutivas, eliminando assim, a relevância das particularidades culturais e sociais (QUIROGA, 2001). A categoria juventude não pode ser vista como um fato natural, pois se trata de toda uma construção histórica e social (QUIROGA, 2001):

A prática dessa perspectiva traz uma multiplicidade de entendimentos das questões que envolvem a juventude, nos mais variados contextos, inserida em diversos segmentos sociais e em momentos históricos determinados influenciando e sendo influenciado por sua condição social expressa em situações objetivas e subjetivas da vida (QUIROGA, 2001, p. 74).

Ser jovem não depende somente da idade, há que se considerar também as circunstâncias culturais em que se ocorre a socialização (VALADÃO, 2013). De acordo com Margulis e Urresti (apud VALADÃO, 2013, p. 27): “Cada geração é considerada até certo ponto como pertencente a culturas diferentes, na medida em que se incorpora novos códigos, habilidades, linguagens, percepções e classificações.”

Os autores, citados por Valadão (2013), destacam ainda que:

A experiência social vivida não é igual em alguém de vinte anos e alguém de quarenta anos, uma vez que, a socialização ocorreu em mundos de vida muito distintos, em âmbitos diferentes, com códigos diferentes, são nativos de culturas diferentes (MARGULIS; URRESTI apud VALADÃO, 2013, p. 28).

A noção de geração diz respeito a variações estruturais na sequência de tempo, sendo assim, pessoas que nascem num determinado contexto de tempo e espaço vivenciam questões comuns, no entanto, classes de idade definem e atribuem uma série de deveres, direitos, status e formas de agir (QUIROGA, 2001). Na medida em que o tempo se dilata, cada período da vida vai ganhando novos significados (QUIROGA, 2001). Em tempo, cabe ressaltar que, o conceito de geração na sociologia também possui diferentes entendimentos no âmbito da juventude (VALADÃO, 2013).

A terminologia juventude tem diferentes significados e concepções. Cabe enfatizar a importância do uso do termo “juventudes”, propositalmente no plural e não no

singular. Sem cair em uma perspectiva fragmentada, reverencia-se assim, o antagonismo e as desigualdades que permeiam esta condição (VALADÃO, 2013). Assim, “Os jovens são homens, mulheres, negros, brancos, indígenas, urbanos, rurais, quilombolas, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros, sem-terra, agricultores, trabalhadores, cristãos, ateus, místicos, etc.” (VALADÃO, 2013, p. 32).

Por mais óbvio que possa parecer à primeira vista, juventude é uma etapa da vida na qual todos nós somos ou passamos por ela. Além de vivê-la, a vivenciamos através das relações sociais e todo mundo tem algo a dizer sobre ela, sejam reclamações indignadas ou entusiasmadas esperanças. Nas últimas décadas esse tema tem sofrido um processo cotidiano de alta exposição por diferentes meios midiáticos (ABRAMO, 2005).

Contudo, as dificuldades surgem quando se busca entender um pouco mais o próprio termo. A juventude é dotada de imprecisões. Deslizes, disparidades e mistificações surgem a partir do que na academia se escreve. Muitos são os ângulos que abordam o tema e ressaltam dimensões e gerações distintas desse complexo (ABRAMO, 2005).

Diante das diversas formas que a juventude já foi pesquisada, uma que despertou interesses entre uma diversidade de pensadores, foi a discussão desse tema relacionado a geração e seus conflitos. Somente se torna possível entender o conceito de geração quando não se embasa em questões abstratas, mas na totalidade da realidade e relações sociais vividas (VIANA, 2015).

Para se analisar juventude dentro desse ponto, cabe ainda relacionar o conceito de geração e história. A história passa a ser para a geração, uma defluência, como aponta Marx e Engels (apud VIANA, 2015, p. 41):

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhe forma transmitidas pelas as gerações precedente; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente.

A sucessão em que a história é submetida ocorre a partir das forças produtivas, sendo assim, não é meramente um processo geracional. As gerações juvenis reproduzem o modo de atividade, também denominado modo de produção da

geração anterior (MARX apud VIANA, 2015). O que diferencia é a radicalidade sob diversas condições em que essas atividades são desenvolvidas, logo, surgem novos modos de produção e conseqüentemente novas formas de se relacionar socialmente (VIANA, 2015).

As mudanças de pensamentos são marcadas pelas gerações e seus comportamentos no convívio social. As gerações se manifestam principalmente no capitalismo, sendo assim, torna-se necessário esse entendimento. Gerações etárias são entendidas como um grupo de idade, para ser mais exata, delimita-se quatro gerações etárias coexistentes, sendo crianças, jovens, adultos e idosos. Determinadas gerações possuem uma supremacia social devido sua posição social (VIANA, 2015).

No caso da juventude, especificamente, esse grupo etário que é massivamente submetido a um processo de coerção e repressão, torna eminente a emergência de uma nova geração de “jovem uniformizada”¹. Uma vez constituída socialmente, a juventude fica à mercê de tendências não hegemônicas também uniformizadas, ou seja, são produtos histórico-sociais (VIANA, 2015).

O autor Viana (2015, p. 49) expõe ainda que:

[...] a potencialidade da juventude, especialmente dos setores oriundos das classes exploradas – a juventude das classes privilegiadas está mais sujeita às modas, estilos, etc., embora com maior acesso às produções intelectuais, mas com preocupações mais do grupo etário de forma isolada ou então preocupações tipicamente burguesas, com mescla de rebeldia e recusa de seu processo de ressocialização –, para romper com as relações sociais existentes é real e assume formas diferentes em setores diferentes e maior radicalidade em certas conformidades mais do que em outras.

Diante de um regime de acumulação hegemônico, a juventude acaba reproduzindo o que o Estado exige no processo de fetichismo. Ainda que exista uma parcela da juventude mais radical, se manifestar contrário ao regime vigente não é algo que seja livremente concedido. Escolher “livremente” o que se quer ser numa sociedade capitalista, é algo vedado àqueles que não fazem parte da classe dominante (VIANA, 2015).

¹ “Essa expressão “uniformizada” é bem clara: é padronizada e sugere justamente uma refutação de sua pretensa liberdade” (VIANA, 2015, p. 49).

2.1.1 Condição de vida dos jovens na atualidade

Por muito tempo a juventude no Brasil se restringiu aos jovens escolarizados de classe média, o que condena a situação juvenil. Somente no último quartel do século passado é que o foco mudou, centrando-se na questão das crianças e adolescentes inseridos em situação de risco. A partir de então, a mobilização social saiu em defesa de direitos voltados para esses segmentos (ABRAMO, 2005).

Fruto dessa desigualdade estrutural, existe ainda outro dilema. Grande parte dos jovens estão diante de uma ampliação de acesso às escolas públicas de nível fundamental, médio e/ou superior, porém sem avanço na qualidade de ensino nos últimos anos (SALATI, 2013).

Em 10 anos, a inserção de jovens no ensino superior dobrou, passando de 6,9% em 1998 para 13,9% em 2008. Esse aumento foi consequência do impulsionamento de políticas públicas a partir de 2003 pelo Governo Federal. Contudo, esse avanço vinculou-se mais ao incentivo da iniciativa privada do que em investimentos na esfera pública qualificada. Considerável parte dos jovens atendidos por essas políticas somente acessou o nível superior após integração pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni), plataforma na qual concede bolsas a jovens de baixa renda em instituições privadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA apud SALATI, 2013, p. 5).

Um colapso no ensino médio expressou-se pela alta taxa de evasão e grande quantidade de jovens excluídos dessa etapa. Independente da porcentagem de afastamentos manteve-se em alta esse nível de ensino. De 13,7% em 2007, passou para 9,6% em 2011 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA apud SALATI, 2013, p. 5).

De acordo com Salati (2013), jovens inseridos na faixa etária de 15 a 17 anos correspondem a 10,4 milhões, resumindo-se que apenas 8,4 milhões cursam o Ensino Médio. Logo, 2 milhões de jovens-adolescentes não frequentam instituições escolares ou ocupam etapas de ensino anteriores. Estudos do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (apud SALATI, 2013, p. 5) apontam que cerca de 1,7 milhões de jovens-adolescentes se encontram sem estudar.

Muitos são os motivos ostentados por essa crise escolar, sem que haja até mesmo consenso entre órgãos públicos e estudiosos. Existem aqueles que vinculam a evasão a precoces interrupções da vida juvenil, sejam estas a necessidade de trabalhar e/ou conciliar estudos e trabalho, condições precárias de subsistência, gravidez na adolescência, etc. (SALATI, 2013).

Outras considerações são ainda relacionadas à estrutura da escola nacional, conforme aponta Salati (2013, p. 5):

[...] escasso investimento em educação, baixa qualidade de ensino, falta de modernização das escolas, de clareza sobre o objetivo do ensino médio e fragmentação do conhecimento em muitas disciplinas obrigatórias sem aprofundamento das áreas. Além do fato dos estudantes chegarem ao nível médio com acúmulo de deficiências das etapas anteriores.

No país, o percentual de desemprego juvenil passou de 21,8% para 15,2% entre 2007 e 2011. Este crescimento, no entanto, não se converteu a trabalhos qualificados para os jovens. Essa leva de geração empregatícia ficou marcada pelo setor de serviços terceirizados e empregos temporários, precarização, instabilidade de renda, insegurança e direitos trabalhistas reprimidos (SALATI, 2013).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em comparação com os adultos, a precariedade é maior entre jovens. Cabe considerar ainda, que grande parte de jovens que estudam precisam se submeter a estágios que objetivam explorar a mão de obra. Quanto mais jovem, maior é a vulnerabilidade empregatícia. Utilizam como pretexto a inexperiência profissional e o baixo nível de especialização (SALATI, 2013).

Abarcado a esses fatores acomoda-se o fato de jovens comporem um dos grupos sociais que mais sofrem com a falta de empregos, alcançando 50% entre jovens-jovens de 18 a 20 anos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (apud SALATI, 2013, p. 5). Mulheres e negros também aparecem em desvantagem nesse cenário. O gênero feminino com taxa de 11,1% contra 6,2% do masculino e negros de 10% contra 7,3%, comparado aos brancos (SALATI, 2013).

Desigualdades entre os jovens de sexo masculino e feminino de todas as faixas etárias quando relacionado ao trabalho e estudo faz com que caia uma reflexão sobre a manutenção de gênero. Os homens trabalham precocemente em prol da garantia da subsistência familiar e tem baixo rendimento escolar, e, por outro lado, as mulheres apresentam uma taxa de aproveitamento escolar maior, ainda que tenham que associar o estudo com as atividades domésticas (AQUINO, 2009).

Considerável parte das questões que norteiam a juventude relaciona-se à sua transição para a vida adulta, período em que o indivíduo participa mais amplamente das diferentes esferas sociais e da economia. Isso acarreta ao jovem uma série de dilemas relacionados ao trabalho e a educação, pois é um momento de incertezas, principalmente em relação à tomada de decisão quanto a que carreira seguir e tantas outras batalhas pertinentes ao cotidiano pela autonomia financeira e pessoal (SALATI, 2013).

Muitas vezes o jovem não está preparado para tomar decisões importantes a respeito da sua vida, contudo sofre cobranças por si próprio e por parte da sociedade e da família. Tais pressões são antagônicas quando operadas entre classes sociais (SALATI, 2013).

Quando inserido na classe média, cobra-se do jovem que este foque antes de se inserir no mercado formal de trabalho, a intensificação do seu tempo em cursos complementares e preparação para o vestibular. Diferente do que é vivido pelos jovens inseridos em classes mais baixas. Para estes, o trabalho é mais urgente, pois normalmente precisam auxiliar na complementação da renda familiar ou até mesmo custear sua formação (SALATI, 2013).

Por um lado tem os jovens que desenvolvem estresses e ansiedades, pois desprendem de uma pressão em torno de exigências em se inserir em instituições preparatórias de qualidade para se alcançar bons postos de trabalho, e, por outro, jovens pobres que adiam seus estudos ou precisam articular trabalho e educação com maior dificuldade, muitas vezes perdem até mesmo a possibilidade de alcançar a graduação (SALATI, 2013).

Associado ao trabalho, tem-se avanços no campo, onde investem-se na agricultura familiar e no aumento de financiamentos do crédito rural, ainda que não atinjam boa

parte dos dilemas vivenciados pelos jovens (SALATI, 2013). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud SALATI, 2010, p. 5), entre os mais de 51 milhões de jovens no país, cerca de 8 milhões vivem no campo, quando na área urbana são 43 milhões. O quantitativo de jovens que habitam o campo brasileiro, corresponde a cerca de 15% da população jovem (SALATI, 2013).

Embora a juventude rural componha uma diversidade de atores, dados como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, quilombolas, sem-terra, etc., a demanda que apresenta muitas vezes são comuns e históricas, como o acesso a terra, por exemplo (SALATI, 2013).

Algumas das principais vicissitudes enfrentadas pelos jovens no campo são antes de tudo enfrentadas pelos pequenos produtores familiares, que se encontram diante de difíceis dificuldades de vida e produção. Além desses impedimentos, o jovem demanda qualidade na educação e pedagogia de ensino que dialogue com a realidade vivida no campo. O jovem inserido nessa área da sociedade sofre com o acesso fragilizado à educação formal e principalmente ao ensino profissionalizante médio (SALATI, 2013).

O patriarcalismo histórico é hoje um dos maiores problemas vivenciados pelos jovens que buscam acessar autonomia. A figura paterna é quem ainda é fortemente marcada no que diz respeito à agricultura familiar. Se ao jovem camponês a renda que se alcança é pouca, a jovem é menor ainda, além de terem vozes quase que nulas nas decisões da produção familiar (SALATI, 2013).

Ademais, no mercado de trabalho, os trabalhadores rurais jovens são tidos como aprendizes, conseqüentemente trabalham muito e recebem pouco. As mãos de obras destes é diminutamente valorizada. Ainda que sejam essenciais em trabalhos considerados sazonais, como no corte de cana (SALATI, 2013).

Os jovens rurais buscam enfatizar que o campo não é apenas uma área de trabalho, principalmente de trabalho para a cidade, mas um espaço de vida. Logo, isso requer mudança do entendimento da relação campo e cidade. Busca-se outra concepção, onde tenha desenvolvimento do campo e criação de equipamentos de esporte e lazer, por exemplo (SALATI, 2013).

Para além das questões socioeconômicas está a forma como os jovens vivenciam seus relacionamentos. A efemeridade e a atual fragilidade dos vínculos afetivos envolve os dilemas da vida adulta e também da juventude. Em relação a isto, as questões democráticas são bastante positivas. A partir da década de 1960, movimentos contraculturais que tiveram a juventude de todo o mundo como protagonista defenderam mais autonomia e liberdade nos relacionamentos e, questionaram os laços afetivos tradicionais (SALATI, 2013).

A partir daí, abriu-se a porta para se pensar outras questões presentes no segmento juvenil, tais como a sexualidade e suas diversas experimentações. Permitiu ainda que atualmente as pessoas tenham um constrangimento menor e uma maior possibilidade de abandonar relacionamentos abusivos, machistas, infelizes, violentos, etc. (SALATI, 2013).

Dentro do que abrange o modo como os jovens vivem essa fase da vida, cabe ainda enfatizar as possibilidades e condições em que os jovens podem exercer seus direitos relacionados ao acesso à cidade, à cultura e ao lazer, abrangendo assim, outra área de dilemas juvenis (SALATI, 2013).

O modo de sociabilidade dos jovens são constitutivos da vivência em espaços em que a diversão e o prazer ocorrem, colaborando assim, com a construção de valores que possivelmente servirão para a formação profissional, pessoal, etc. (SALATI, 2013).

Na atualidade, muitos desses espaços estão direcionados para o fetichismo da mercadoria², como o caso de shoppings centers e outros. A gradativa elitização das cidades e a criação da necessidade de consumir sempre somam-se à procura que as famílias têm em se sentirem seguras, logo, a relação direta entre indivíduos é substituída pela criação de muros que impedem a sociabilidade e fortaleça o individualismo entre a presente e novas gerações (SALATI, 2013).

² [...] o caráter que as mercadorias possuem, dentro do sistema capitalista, de ocultar as relações sociais de exploração do trabalho, sedimentando-se, por conseguinte, em toda a sociedade. Sob o ponto de vista da teoria do valor de Marx, encontra-se no cerne dessas relações sociais a obtenção do lucro por parte de quem detém os meios de produção. Isso se faz devido à característica peculiar que as mercadorias possuem: além do valor de uso, como há em qualquer produto, há o valor de troca (SILVA, 2010, p.375-376).

O Brasil carece de espaços de lazer e cultura públicos, tais como parques e eventos que sejam gratuitos, criando assim, modos de sociabilidades que sejam mais coletivos e democráticos (SALATI, 2013).

Atualmente, saraus literários permitem manifestações culturais da juventude, substituindo lugares de lazer e cultura que pautem em relações de individualismo e consumo. Tais manifestações ocorrem principalmente nas periferias urbanas do país, assinalando as precariedades vividas pela juventude pobre. Expressões artísticas como grafite, música, teatro e poesia revelam relatos contrários as injustiças e desigualdades do Brasil, estas que são frequentes. Existem ainda jovens que atuam em partidos políticos e organizações de movimentos estudantil e social, que lutam em prol da transformação dos dilemas vividos pela juventude hoje (SALATI, 2013).

Foram os jovens que perceberam que a inserção no âmbito da cultura possibilita significativa diminuição das violências que ocorrem nas comunidades periféricas, criando um novo olhar sobre o mundo multicultural em diversas áreas de vulnerabilidade social. É um equívoco acreditar que os jovens se tornam alienados, como muitos julgam e acreditam, por se desinteressarem pela política e economia e demonstrarem maior interesse pelo entretenimento e cultura, do que em assuntos considerados “sérios”. A juventude é um cérebro pensante e peça chave de atuação na sociedade (RODRIGUES, 2013).

Os jovens não estão imparciais com a vida política, pelo contrário, são interesses políticos que se movem em lado oposto, em outra direção. Isso ocorre, quando manobras governamentais se organizam e articulam-se de forma diferente. A juventude apesar de inserida em um cenário de mercantilização está se somando e construindo coletivamente uma nova realidade dotada de insólitos paradigmas (RODRIGUES, 2013).

Precisa-se pensar em políticas públicas para os jovens, Rodrigues (2013, p. 25) aponta que:

Mesmo com algum avanço em termos de política pública, para a juventude o desafio ainda é grande no sentido de universalizar os serviços culturais, dar acesso e favorecer a produção cultural fora dos grandes eixos econômicos. Principalmente quando se considera – e aí muitos jovens também estão incluídos – que 92% dos municípios brasileiros não têm

cinema, teatro ou museu, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010 apud RODRIGUES, 2013, p. 25).

Poucas foram as políticas públicas que de fato se efetivaram na relação cultura e juventude até o final da década de 1990. Ainda há muitos problemas na formulação de tais políticas, mas muitas entraram em vigor, principalmente no governo de Lula e Dilma, possibilitando ao jovem maior acesso à cultura (RODRIGUES, 2013).

É evidente a necessidade de reunir mais esforços na busca pela garantia de direitos dos jovens. Mesmo com avanços, existem ainda jovens que necessitam de políticas mais específicas. A luta pela legitimidade é constante, pensar políticas que são embasadas apenas na concepção do “jovem problema” é extremamente equivocada. O jovem não necessita de políticas voltadas apenas para drogas e prevenção de gravidez, mas sim que sirvam de suporte à vida adulta emancipada (RODRIGUES, 2013).

A violência contra jovens desde sua adolescência até a vida adulta, principalmente aos jovens negros, por exemplo, tem aumentado cada vez mais a cada ano. O genocídio muito além de refletir o histórico racismo e preconceito classista extremamente presente no Brasil, retrata o quão negativamente o jovem é visto e considerado violento pela sociedade. O fato de ser pobre e negro já levam a indagações de que esses jovens serão delinquentes. A mídia acaba propagando e fortalecendo esse tipo de pensamento equivocado. A imagem exagerada do que é ser jovem distorce sua realidade, uma vez que este mais morre do que mata. Frente a gravidade dessa situação, nota-se um silenciamento das três esferas governamentais em termos de políticas públicas (SALATI, 2013).

Aos olhos de muitos a política aparece nula, como se não levassem as pessoas a lugar algum (RIBEIRO, 2004). Muitas das políticas criadas para a juventude no final da década de 1990 e início dos anos 2000 surgem na perspectiva de associar juventude, violência e comportamentos de riscos. As políticas que surgiram nesse período citado possuíam parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instâncias do Poder Executivo e atuavam com foco nos jovens excluídos ou em condição de risco social (SILVA; ANDRADE, 2009).

Desta forma, algumas das propostas guiadas por tais políticas tinham a ideia de prevenir e controlar. O efeito disso foi a transformação da juventude em “problema”

para a sociedade. O teor das políticas proliferava através de programas de esportes, trabalho e cultura, objetivando ocupar o tempo livre dos jovens negros e pobres (SILVA; ANDRADE, 2009).

Tradicionalmente, as ações voltadas para a juventude se concentraram nas áreas da educação e emprego, contudo, não se estruturam como elementos canalizadores de “política de juventude”, mas como estratégias governamentais para orientar e afastar os jovens de possíveis envolvimento em situações de “risco”. Atualmente, esse tema tem ganhado novos espaços no país, o que tem ampliado o olhar sobre as questões postas com o uso de novas ferramentas, frente a atuação pública junto aos jovens. Se antes o cerne era essencialmente a vulnerabilidade dos jovens, hoje, além desses aspectos, pensa-se também meios múltiplos de inserção e integração nas diversas esferas da vida social (AQUINO, 2009).

2.2 ESTADO, SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO BRASIL

Embasando-se na teoria ampliada do Estado em Gramsci, nota-se que os aparelhos privados de hegemonia configuram-se com determinações novas, abrangendo duas principais esferas, a sociedade política (estado-coerção) e sociedade civil. A primeira é composta por mecanismos onde a classe dominante dispõe do monopólio legal de repressão e violência, que se manifestam através de aparelhos coercitivos controlados por policiais militares e burocracias executivas. A segunda é instituída por um conjunto organizacional capaz de elaborar e/ou difundir ideologias. Esta se materializa através do sistema escolar, partidos políticos, espaços de organização cultural, sindicatos, etc. (COUTINHO, 1992).

O Estado em Gramsci é visto como uma hegemonia revestida de coerção. Existem ainda, duas questões que diferenciam essas esferas no pensamento gramsciano, onde o tratamento relativamente independente é justificado. Em primeira instância, a base econômica se propaga de acordo com interesses de uma classe social e de forma que a hegemonia seja mantida, ou seja, por meio da sociedade buscam meios ditadores e políticos de dominarem, isso via coerção. Em segunda, a sociedade civil se materializa de maneira própria e, diferente do primeiro ponto, seus aparelhos são privados de hegemonia (COUTINHO, 1992).

A concepção gramsciana do 'Estado ampliado' pontua que o Estado é uma "síntese de sociedade civil e política, de estado-coerção e de aparelhos privados de hegemonia" (SANTOS apud COUTINHO, 2003, p. 135). A sociedade apresenta-se como um conjunto de mecanismos, estes nos quais a classe dominante detém o monopólio legal tanto da violência quanto da repressão, constituindo-se então, em aparelhos coercitivos do Estado (COUTINHO, 2003).

Ao mesmo tempo que o Estado é força, ele também é consenso. Sendo assim, ainda que esteja a serviço de uma classe dominante, não consegue se manter pela força e coerção legal somente, pois para dominar precisa antes de legitimidade. Diante disso, o Estado passa a ser um complexo de atividades, estas que são práticas e teóricas. Com o desenvolver das atividades, a principal classe passa a não só justificar, mas manter seu domínio, obtendo assim, consentimento dos 'governados' (GRAMSCI apud ROCHA; COSTA, 2016).

De alguma forma, todas as sociedades são politicamente organizadas, até mesmo as consideradas primitivas. As decisões públicas são efetivadas e formuladas através de mecanismos estabelecidos na sociedade, não perdendo de vista o conceito de política³. Ainda que o funcionamento dos governos seja variante, toda sociedade tem alguma estirpe de governo. Para entender esse debate, devemos ainda, repudiar alguns dos seus fundamentos preconcebidos. Desta forma, possivelmente, reconheceremos sua existência (RIBEIRO, 1998).

No seio das decisões sociais, ocorrem ainda muitas tensões, estas que são oriundas de conflitos. Para sanar as tensões, é imprescindível antes, solucionar os conflitos. Uma provável criação de um sistema capaz de resolver de maneira harmoniosa e contemplando todos interessados, seria sublime. Infelizmente, conflitos que surgem a partir de interesses hegemônicos, se resolvem no confronto. Vencerá quem dispor de melhores equipamentos para se alcançar seus objetivos (RIBEIRO, 1998).

³ "Arte de regular as relações de um Estado com os outros Estados; Sistema particular de um governo; Tratado de política; Modo de haver-se, em assuntos particulares, a fim de obter o que se deseja; Esperteza, finura, maquiavelismo e Cerimônia, cortesia, civilidade, urbanidade" (POLÍTICA, 2016).

A ideia de quem vence é desenvolver meios que o faça permanecer no poder de maneira estável. Assim, a discrepância entre 'governantes' e 'governados' passa a ser institucionalizado. Não é labiríntico entender o que vem a ser essa institucionalização. Quando se tem um confronto de classe, normalmente alguém lidera, assumindo diversas responsabilidades e incumbências. Se porventura essa pessoa deixar de liderar, o provável é que indique outra pessoa para assumir seu posto. Logo, passa a haver uma participação social e política a se cumprir. Paralelo a essa institucionalização, surgem outras inúmeras instituições no Brasil atualmente, por exemplo, existe a Presidência da República, as Forças Armadas, etc. (RIBEIRO, 1998).

Esse coletivo de instituições nomeia-se Estado, que logicamente decorre de situações concretas da sociedade. A estrutura das instituições é compreendida amplamente, denominando-se ordem jurídica. O estado só existe, pois a sociedade é política e juridicamente organizada (RIBEIRO, 1998).

Compreender a palavra "Estado" é algo confuso, principalmente para os brasileiros, devido a própria forma do Estado brasileiro, no caso a federação, que divide-se entre União e estados. Contudo, é essencial distinguir esses termos. Entende-se até aqui então, o que vem a ser Estado (RIBEIRO, 1998).

O Estado tem como atribuição exercer principalmente três tipos de atividades, denominado aqui, três poderes, sendo-os: Legislativo, Executivo e Judiciário, ainda que seja uma maneira bastante formal e insatisfatória de ver as coisas. Isso não é algo novo no Estado, historicamente sempre teve alguém que formulou, alguém que executou e alguém aplicou as normas. Concentrar essas atividades em uma só pessoa põe em perigo a possibilidade de ocorrer a tirania, pois se uma pessoa cria a lei, executa e aplica, evidentemente a arbitrariedade que terá nas mãos será vasta por não permanecer sujeita à própria lei. No Brasil, essa separação existente torna o abuso de poder possível (RIBEIRO, 1998).

Embora defenda com exclusividade os interesses das elites, o Estado exprime também no contexto político, ainda que pouco e relativo, interesses públicos. Teoricamente, o bem-estar da população é regida pela relação Estado-cidadão e vice-versa. A lei faz com que princípios básicos sejam inalteráveis, subordinando as

instituições, o povo e seus governantes, podendo ser alterada juridicamente (RIBEIRO, 1998).

Sucedem que uma ordem jurídica não pode ser reconhecida à parte pelo Estado, pois se estende a tudo e a todos. Por outro lado, o Estado detém o monopólio das normas jurídicas, normas que não podem ser desobedecidas ou toleradas, contrário a isso sua existência não faria sentido. No entanto, o Estado despende da coerção sobre todas as normas e o que nelas estão contidas juridicamente. O Estado passa a possuir o monopólio legítimo da violência frente ao fato da coerção ser uma forma de violência (RIBEIRO, 1998).

Ainda que esse monopólio legítimo da violência seja constantemente desafiado, seja pelas organizações ou pelos indivíduos, no país se trata de uma narrativa. Quando grupos e facções desconhecem essa legitimidade, conseqüentemente a desrespeitam, assim sendo, automaticamente infringem o monopólio da violência (RIBEIRO, 1998).

Ribeiro (1998, p. 47) enfatiza que: “[...] no Brasil, a lei é igual para todos, mas para alguns são ‘mais iguais’ que outros [...]”. Ou seja, frente à concretude da realidade e suas contradições, a lei mesmo que deva ser aplicada igualmente a tudo e todos, não é o que acontece. Isso apresenta aos brasileiros uma parcela de medo (BAIERL, 2004; RIBEIRO, 1998).

Esse medo não é algo novo e inusitado, ainda que na sociedade se configure como algo natural e intrínseco aos seres vivos. O medo, que pode ser real ou imaginário, funciona como um alerta frente à possibilidade de estarmos correndo alguns riscos. A indagação que se coloca é a respeito do medo socialmente condicionado, que serve como uma forma de escravizar e dominar as pessoas. Situações que impõem medo fazem com que na luta incessante estas fujam ou se entreguem a ele por acreditarem na probabilidade de sofrer algum tipo de violência (BAIERL, 2004).

Atualmente, a violência tem se apresentado viva na realidade urbana com diferentes expressões. Altos índices de violência estampam constantemente as manchetes dos jornais, no entanto, a forma como tem sido apresentada tem dividido opiniões, ora pelo significado e análise que apresenta, ora pelas possíveis maneiras de saná-la (BAIERL, 2004).

Para alguns a violência tem sido tratada como hábito, parte do cotidiano, como descreve Baierl (2004, p. 52):

Quando uma sociedade trata a violência como corriqueira, o risco que se corre é de banalização do cotidiano, chegando à barbárie. A realidade brasileira expressa essa situação. A violência aparece como algo corriqueiro, típico do cotidiano das pessoas, quer seja a violência na cidade, quer seja a violência no campo: homicídios, chacinas, ocupações violentas de terra, dizimação de índios, morte perinatal, estupros, acidentes de trânsito, assaltos, roubos a banco, sequestros, vitimização de mulheres e crianças, violência policial, extorsão, tráfico de drogas, linchamento, tráfico de crianças e uma violência que não ganha visibilidade pelas marcas que deixa no corpo, mas que se expressa no conjunto das relações sociais e na vida cotidiana: ausência de equipamentos sociais mínimos, tempo gasto no transporte, desemprego, filas de espera, baixos salários, qualidade e quantidade de serviços públicos de direito do cidadão, desrespeito, perda de dignidade, ausência de cidadania, que vai minando o cotidiano dos sujeitos.

Para alguns essas múltiplas expressões da questão social são coisas de pobre, bandidos e traficantes. Por mais banalizada que tem sido tratada, a violência tem feito com que a cultura do medo seja alimentada, ocasionando assim, novas formas de relacionamentos sociais e paradigmas éticos entre as pessoas. Essa violência generalizada não é algo novo no seio da realidade do país, pelo contrário, esses resultados têm dado continuidade a uma tradição marcada pelo autoritarismo expressado através de repressões e censuras governamentais militares (BAIERL, 2004).

A violência policial e a concernente ao tráfico de drogas faz parte do cotidiano de muitos jovens. Por um lado, tem a juventude residente de bairros de classe média, que nota a violência através de assaltos, alegando que essa prática afeta principalmente sua vida profissional. Por outro ângulo, temos os jovens residentes de bairros periféricos, que nota esses tipos de violência relacionados diretamente à vida em vários âmbitos, seja no trabalho, lazer ou ligado ao tráfico de drogas. Diante dessa disparidade, surge o papel da polícia, que expõe como garantia a responsabilidade de garantir a segurança dos jovens e demais cidadãos (BAIERL, 2004).

As concepções acerca da segurança nacional entrou em evidência no Brasil com o surgimento massivo dos governos militares, politizando assim o controle social apresentado por um teor público. A militarização da polícia e a politização da ordem

pública demonstram mais sucintamente essa transformação. Os crimes passam então a ser relativas a segurança do Estado (SILVA, 2010).

O imbróglio da segurança pública centraliza-se atualmente na movimentação do controle social, que é questão cotidiana do Estado; os aparelhos policiais militarizados e coercitivos e suas atividades truculentas, que mesmo atingindo massivamente a juventude pobre, camadas médias passaram também a serem alvejados. Logo, o crime que antes era considerado comum, ganha uma nova atenção e entra na pauta da segurança pública (SILVA, 2010).

A segurança pública, de acordo com a Constituição Federal de 1988, traz em seu Capítulo III, artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; e V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Ainda no artigo 144, alguns parágrafos abordam o papel da polícia militar na lei frente a sociedade e garantia da segurança pública:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades (BRASIL, 1988).

O Brasil e muitos outros países vivem uma crise na segurança pública onde as incidências criminais têm sofrido considerável crescimento. Essa terminologia, “segurança pública” é utilizada de maneira diferente de outros países da região, que fazem uso do tema “segurança cidadã”. No país, o uso do segundo termo está associado a particularidades democráticas e comunitárias, onde vincula-se à cidadania (CANO, 2006).

No país, a segurança pública é fundamentalmente atribuição dos estados e cada um deles têm suas forças policiais, que seguem de acordo com o modelo federativo. No Governo Federal, destaca-se a Polícia Federal esta que tem como competência

principal vigiar fronteiras, alfândegas e pautar-se em crimes federais. Cada estado conta ainda com uma Polícia Militar, que é responsável por patrulhar ostensivamente e realizar a manutenção da ordem, além da Polícia Civil, que investiga os crimes praticados. Diante da situação financeira, não são realizados investimentos satisfatórios, o que contribui para aumento de poderes no âmbito municipal e federal neste campo. Enfim, as políticas de segurança atuam basicamente baseando-se em reprimir mais do que prevenir (CANO, 2006).

O tema segurança pública somente passou a ser discutido no Brasil entre os anos 1980 e 1990, quando a criminalidade cresceu violentamente no país, e até então não saiu de questão. Tradicionalmente, as políticas tradicionais de controle de crimes tem seu embasamento na repressão e no militarismo, o que fortalece seu fracasso diante da agenda social e política (CANO, 2006).

Muitas deficiências podem ser apontadas nesse modelo tradicional: falta de planejamento e de investimentos, formação deficiente, herança autoritária, abusos dos direitos humanos, corrupção institucional, etc. Apesar disso, muitos defensores do paradigma adicional continuam defendendo não só a continuação, mas a intensificação das velhas políticas, cujo defeito, segundo eles, seria justamente a sua timidez. Junto a esse modelo declinante, mas ainda hoje dominante, surgiram no país iniciativas inovadoras em vários níveis, algumas das quais são aqui identificadas e analisadas. Esses exemplos devem servir como insumo para pensar como um novo paradigma de segurança pública democrática pode ser estabelecido no Brasil (CANO, 2006, p. 01).

O crime era figurado até a década de 1970 como um básico problema da polícia. A 'esquerda'⁴ acreditava que o fim da era ditatorial resolveria a questão, pois daria abertura para práticas democráticas. A criminalidade para aqueles que defendiam a ordem e a lei, não era baseada em uma reflexão crítica (CANO, 2006).

Esse fracasso das políticas tradicionais abriu espaço para reformas no controle da criminalidade e da violência. Destacou-se até mesmo vozes que se ergueram em prol da mudança radical de paradigma, no modelo de segurança pública estabelecido, a ideia era caminhar para a democracia e dar maior atenção para a

⁴ Conjunto dos grupos e partidos que professam opiniões progressistas, por oposição à direita, conservadora; Conceito genérico que designa um conjunto de partidos, agentes políticos e população que partilha doutrinas, ideologias, orientações ou princípios que se aproximam dos partidos socialistas e comunistas (ESQUERDA, 2016).

prevenção, ou apenas uma polícia que fosse compatível com os direitos humanos (CANO, 2006).

O Brasil tem fortes resquícios da ditadura no sistema público de segurança. Logo, isso faz com que a polícia opere de forma violenta, truculenta e cheia de arbitrariedades. Tem-se, por exemplo, a tortura como uma prática cotidiana, dada até mesmo, como normal, quando se baseia nas ações policiais. Os policiais militares aumentam a eficácia de suas ações, utilizando a tortura como algo imprescindível na prática “profissional”. Infelizmente, esse cenário tem se aprofundado, pois frente a essa conduta, se encontra a impunidade dos policiais torturadores, garantido principalmente pela ineficiência do Estado (CANO, 2006).

Diferente do que o senso elitista e burguês busca fazer a classe subalterna acreditar, a polícia não existe para proteger todas as pessoas. A polícia perdura para manter a ordem do Estado conhecido como democrático burguês, na garantia pela proteção dos exploradores e opressores, é um verdadeiro aparelho repressor que possui a importância em manter basicamente a proteção do poder econômico, político e social diante da sociedade que vivemos (CORTEZ, 2014).

2.2.1 Segurança Cidadã, violência policial e desmilitarização na contemporaneidade

A violência policial continuada até os dias atuais permite constatar que o Estado passa por dificuldades quando se refere à gestão de segurança pública. Isso é comprovado através da incapacidade de se controlar a violência dos agentes encarregados de aplicar a lei. Deparamos com um Estado monopolista que compactua com a impunidade diante de sua incapacidade em punir os abusos perpetrados nas abordagens policiais (SANTOS, 2012).

Belli (2004, p. 96) aborda que:

[...] o monopólio da violência legítima, que deveria ser regulada por estatutos impessoais aplicados por um corpo administrativo especializado e hierárquico, parece dar lugar a uma quebra de facto desse monopólio quando os agentes públicos desconsideram os estatutos legais que deveriam obedecer e administram uma concepção muito particular de justiça.

O monopólio da violência⁵ se destaca num campo minado pela própria atuação ilegal da polícia, esta que tende a apoderar-se de determinados instrumentos de violência em meio a uma duvidosa cruzada contra criminosos e suspeitos. Não é rara essa autonomia militar frente a seus deveres, porém tendendo reproduzir concepções de sociedade que se encontra em total desacordo com o princípio de impessoalidade. O monopólio não é dado como exercício exclusivo de violência, mas como o direito de permiti-la, descrevê-la e prescrevê-la (BELLI, 2004; PINHEIRO, 1998).

A violência e a insegurança se fazem extremamente presentes na sociedade, a dificuldade maior talvez seja entender o jovem como sujeito de direitos. A reflexão acerca da juventude e das políticas de segurança pública se deu a partir de um conjunto de ações afirmativas, que não se propuseram a se localizar apenas num eixo da discussão, mas de uma forma que foi muito além da ideia inicialmente posta. A percepção que se teve foi que as ações e estratégias se deram até certo ponto inexistentes, pois a violência e os riscos que propôs a juventude se ver socialmente vulnerável, pareciam “andar de costas” para as instituições e políticas de segurança pública. Torna-se necessário pensar em como diminuir as distâncias entre o campo das ações institucionais e a realidade cotidiana dos jovens (DIÓGENES; SÁ, 2011).

[...] as fronteiras que separam o mundo institucional dos territórios de incidência da violência, nos mais diversos segmentos, produzem abismos ainda mais drásticos. O enigma da violência torna-se também mais nítido através de estatísticas que ampliam os números de morte por homicídio, extermínio de jovens negros, crimes passionais, tráfico de drogas, enfrentamentos entre a polícia e a população de bairros periféricos, sem que nenhum elemento de decifração forneça pistas explicativas da ampliação desse fenômeno (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 148).

A realidade de jovens residentes de bairros periféricos quando envolve segurança pública e conseqüentemente a Polícia Militar, quanto “braço do Estado”, é extremamente preocupante no Brasil. O país se encontra entre os que mais possuem policiais violentos (DIÓGENES; SÁ, 2011).

As polícias, de fato, não se encontram sós nesse quadro de violência, em cujo verso estão os baixos salários, o treinamento deficiente, a falta de equipamentos e o duro enfrentamento de criminosos cada vez mais organizados e armados, que não vacilam em atirar, na certeza de que, ao escaparem vivos de um cerco, dificilmente serão pegos por uma

⁵ Monopólio da violência é [...] o direito exclusivo de definir e de distinguir por meio de prescrições e de autorizações a coerção legítima e a coerção ilegítima. A afirmativa de que o Estado exerce a coerção física é portanto uma simples metáfora segundo a qual os órgãos do Estado têm o poder de prescrever ou de autorizar atos de coerção (PINHEIRO, 1998, p. 333).

investigação. O embrutecimento dessa polícia é também o da sociedade brasileira, um país em que se banalizaram o assassinato, o racismo, o desrespeito às leis e a corrupção (MENA, 2015, p. 21).

Não se conhece na história algum momento em que na sociedade a violência não tenha se feito presente. Com isso, se torna um dos constantes problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade, pois traz à tona problemas vitais e angustiantes ao ser humano. A violência levou filósofos como Engels a afirmar que a história é, talvez, a mais cruel “das deusas”, pois arrasta “sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres”, tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico (ENGELS apud MINAYO, 1994, p. 1).

Conforme apontado por Silva (2010, p. 286, grifo do autor):

A violência urbana é o centro de uma gramática que produz uma compreensão prático-moral de boa parte da vida cotidiana nas grandes cidades. Ninguém precisa definir a expressão, porque ela é a referência que confere sentido às atividades e ao debate coletivo. Nesse sentido, a *violência urbana* articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras.

Por outro ângulo, temos os veículos de comunicação que são extremamente responsáveis em propiciar a “cultura do medo” frente à sociedade. Essa que se permite manipular e expandir uma ideia extremamente deturpada e contrária ao que é real na sociedade. A mídia, diariamente, expõe acontecimentos violentos de uma maneira que as pessoas passam a acreditar fielmente em estarem vulneráveis aos conteúdos abordados, principalmente quando se trata de violência urbana. É necessário identificar esse fato social, pois se trata de uma grave questão que afeta diferentes segmentos da população de forma desigual e injusta (MINAYO, 1994).

A histórica segregação em que bairros periféricos são submetidos, favorece o fortalecimento de uma imagem em seus territórios como locais perigosos. Isso se associa fortemente às localidades onde se concentra a pobreza. Operações policiais recorrentes vêm resultando em mortes de moradores, estes que são ou não envolvidos em atividades ligadas ao tráfico de drogas, isso faz com que o medo e a insegurança se intensifiquem por uma lógica de punição, criminalização da pobreza e estratégias de policização do social (MINAYO, 1994).

Sendo a polícia o braço armado do Estado, um agente público, ela reprime e controla a sociedade, ou seja, é uma ferramenta que atua armada e de forma coercitiva, agindo em prol de condicionalidades e restrições de atividades

inconiventes ao “bem-estar social coletivo” ou até mesmo ao bom funcionamento do Estado. A polícia tem como tarefa impor respeito e fazer cumprir normas que estejam em conformidade com o regime político. Isso é extremamente preocupante, pois o Estado é conservador e autoritário, logo, atitudes patriarcais acabam se fortalecendo e prolongando-se no meio social (CORTEZ, 2014).

Segundo a 10ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2015 tivemos no país 58.467 mortes violentas intencionais, sendo 54% jovens de 15 a 24 anos e 73% pretos e pardos. Dessas mortes, 3.320 vítimas foram mortas através de intervenções policiais. A pesquisa apresenta ainda, que os policiais morrem três vezes mais fora de serviço do que trabalhando, tendo ainda em 2015, 358 mortes confirmadas, fora de serviço foram 267 e em serviço 91 mortes. Dentre os pesquisados, 70% disseram que as polícias exageram no uso da violência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

A intensidade da violência presente no cotidiano de alguns jovens faz com que a escuta em relação a percepção dos mesmos em relação a isso, seja um instrumento de análise importante. Jovens que estão à mercê de situações de violência urbana vivem situações preocupantes, pois muitos deixam de estudar e trabalhar, por vivenciarem episódios em que não conseguem ir ao espaço escolar ou profissional devido confrontos, tiroteios e incursões policiais nas comunidades (MINAYO, 1994).

É possível notar que muitos jovens que vivem em bairros periféricos, se tornam dependentes das dinâmicas diárias estabelecidas por sujeitos envolvidos com o comércio de drogas, mas também quando relacionados aos policiais, que enquanto agentes públicos, em vez de promoverem segurança e proteção aos moradores, agem de forma violenta e vexatória e isso desperta preocupação, pois é existente a não punição do comportamento de policiais que vai em sentido contrário ao profissionalismo, devido as ações serem protagonizadas em localidades onde o “terror” já é implantado no cotidiano dos jovens e demais moradores (MINAYO, 1994).

Os jovens se encontram majoritariamente em uma posição dramática, onde de um lado há a polícia a qual não se pode confiar e, de outro, o medo de conviver em meio ao tráfico de drogas. Ainda que os jovens vivam em situações bastante

preocupantes, é notável tamanho vínculo afetivo com o local onde moram, são criados e constituem família. O que ameniza a realidade vivenciada pelos jovens é a solidariedade propiciada pelos próprios moradores (MINAYO, 1994).

Estudos como este aqui descrito, apontam preocupantes impactos causados junto aos indivíduos expostos à violência urbana, incluindo-se nesse aspecto, a ameaça à integridade física e psicológica, interferindo diretamente nos diferentes âmbitos da vida da população. Se tratando de jovens, este efeito é maior por atingir seu desenvolvimento. Observa-se ainda que o fato de jovens terem suas imagens associadas a periculosidade acabam tendo restrições no acesso ao mercado de trabalho e ensino de qualidade, afetando assim suas inserções sociais (MINAYO, 1994).

A realidade urbana baseada em condutas e abordagens violentas é um problema social que necessita de uma mobilização generalizada da sociedade em seus diversos segmentos para pensar a implementação de políticas públicas voltadas para juventude, que realmente efetivem direitos e viabilizem emancipação aos jovens (MINAYO, 1994).

Em poucas palavras [...] o país, mesmo tragicamente desigual como é, poderia matar menos jovens pobres e negros, que é possível sustar o genocídio enquanto envidamos esforços para alterar o quadro socioeconômico. Não é preciso, nem moralmente aceitável, esperar por transformações nas estruturas sociais para então enfrentar o genocídio. Não se trata de lutas mutuamente excludentes. Devem ser concomitantes, pois uma fortalece a outra (SOARES, 2013, p. 31).

Quando um jovem pobre e preto residente de bairro periférico vem a óbito, certamente se torna mais um traço no catálogo policial. Muitas famílias que estão desoladas e de luto se veem frente a duas possibilidades: viver um extremo e solitário sofrimento ou se mobilizar coletivamente e se unir àqueles que cotidianamente presenciam toda a barbárie provocada por policiais (SOARES, 2015.)

O autor Soares (2015, p. 27-28), afirma que:

[...] Converter a perda em ação comum repara o trauma e restaura a potência, dissolvendo a ressentimento em desejo de vida e vontade de mudança. A solução para o trauma não é a vingança nem o mimetismo do violador, mas o reestabelecimento da confiança no laço social, o engajamento nas coisas da cidade, a corresponsabilização pela esfera pública. É de lamentar que seja ainda episódico o envolvimento da maior

parte dos movimentos e das entidades politizadas com a pauta do sofrimento causado pela insegurança pública – não só por ações policiais, mas também por dinâmicas criminais específicas – e que seja tão tímido e raro o interesse pela questão policial.

Diante desse cenário, se encontram policiais militares e também civis, que historicamente reproduzem práticas vetustas e ineficientes. Majoritariamente essas atuações usam da brutalidade e não apresentam sinais de que caminham para o fim. É possível identificar esse comportamento em situações públicas, porque internamente difere e cada vez mais se agravam e expandem. A violação de direitos trabalhistas nas quais policiais têm sido ‘obrigados’ a atuar tem sido indicado como o principal motivo de insatisfação. Logo, uma vez insatisfeitos, dificilmente respeitam os marcos constitucionais e direitos humanos (SOARES, 2015).

A dúvida que se perpassa, é a de que diante do descontentamento das próprias instituições policiais em serem administradas por um modelo institucional arcaico, o que os levam a permanecerem nesse legado reacionário, uma vez que a configuração de uma organização é uma condição relevante na maneira que seus membros se comportam (SOARES, 2015).

Algumas mudanças mais peculiares na área da segurança podem contribuir para a transformação, mesmo que caminhe lado a lado com questões mais generalizadas. O primeiro passo seria a desmilitarização da Polícia Militar, pois isso possibilitaria uma desvinculação com o Exército e regimentos disciplinadores (SOARES, 2015).

De acordo com Soares (2015), existem dois eixos que são apoiados majoritariamente pelos próprios policiais, mesmo com resistência de superiores da corporação, capazes de propiciar uma reforma integral do paradigma policial, o primeiro eixo seria,

[...] a revogação da atual divisão do trabalho entre as instituições: uma investiga, a outra age ostensivamente sem investigar. Ambas, então civis, passariam a cumprir o chamado ciclo completo da atividade policial: investigação e prevenção ostensiva. E o segundo seria a instauração da carreira única no interior de cada instituição, antigo pleito da massa policial. Hoje, há duas polícias em cada uma: oficiais e praças, delegados e agentes (detetives, inspetores, etc. [...]). São dois mundos distintos, competindo entre si e, cada vez mais, mutuamente hostis (SOARES, 2015, p. 32).

Essa discussão ganha corpo a partir de uma proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Lindbergh Farias, que é a PEC 51/2013, contudo, esse é um debate limitado, pois não contribui suficientemente para a reflexão provocativa

sobre a segurança pública no Brasil, necessita de um debate ampliado e envolvimento da sociedade nas suas diversas esferas públicas e sociais (GIBIN, 2015).

Além da desmilitarização da polícia, uma outra questão que é exposta e que fundamenta a teoria apresentada pela política de segurança pública é a noção de segurança cidadã, que surgiu na década de 1990 na América Latina. Seu princípio baseia-se na realização integralizada de políticas que sejam setoriais em nível local (FREIRE, 2009).

Caracterizando-se pela natureza multicausal da violência, a Segurança Cidadã, parte da defesa de uma atuação local que baseia-se no controle e prevenção, através de políticas públicas que sejam integradas. Sendo assim, envolve muitos aspectos, pois reconhece as várias causas da violência e as suas manifestações heterogeneizadas (FREIRE, 2009).

A Segurança Cidadã, necessita do envolvimento tanto de instituições públicas quanto da sociedade civil quando o assunto é implementar ações planejadas com foco na diminuição dos índices de violência nos territórios, abrangendo assim, várias áreas, como saúde, educação, cultura, cidadania, etc. (FREIRE, 2009).

Tivemos no país tentativas de aproximação ao conceito de Segurança Cidadã, em 2003 por exemplo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com as Nações Unidas e cooperação de técnicos colombianos, deu início ao projeto “Segurança Cidadã”. A Colômbia aplicou com êxito esse conceito em 1995. A partir dessa iniciativa, notou-se a possibilidade de transição para um paradigma novo em segurança pública (FREIRE, 2009).

Certamente esse novo passo não significa uma materialização expressa no contexto das políticas públicas, pois considerando a segurança pública no Brasil atualmente, torna-se perceptível que esta sofre influências externas no decorrer da transição, ainda assim, este novo paradigma se encontra presente num formato parcialmente intenso em diferentes estados brasileiros (FREIRE, 2009).

Uma política governamental mais recente e semelhante é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que demonstra um maior aprofundamento, pois resgata a cidadania priorizando ações de promoção e de

valorização dos direitos humanos através de diversos órgãos estatais que atuam em prol da segurança. Cabe destacar, que por mais profunda que as políticas apresentadas sejam, suas ações não atingem obrigatoriamente seus resultados quando práticos (FREIRE, 2009).

Diante do que vem sendo discutido, ainda que as políticas de seguranças atuais caminhem em direção a esse novo paradigma, que é o de Segurança Cidadã, são muitos os desafios que permanecem para sua plena efetivação, devido essa vasta mudança conceitual (FREIRE, 2009).

O foco principal da Segurança Cidadã é o cidadão, e a violência aparece como um dos fatores que mais interferem no pleno gozo de sua cidadania, sendo assim, pensar estratégias de abordagens multidisciplinares, onde a prevenção dialogue com o controle, é importante (FREIRE, 2009).

Nessa lógica, a Segurança Cidadã muito mais que contar com a atuação das forças policiais, dependerá de políticas setoriais com uma nova elaboração, ou seja, desenvolvidas e implementadas com base na prevenção à violência. Uma política de educação uma vez inserida na perspectiva de Segurança Cidadã, por exemplo, deverá levar em principal consideração, jovens que estejam inseridos em situações de risco em comunidades consideradas vulneráveis (FREIRE, 2009).

Quando a Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 144 que a segurança é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, torna-se presente a ideia de universalização de acesso à políticas, diferente do que era visto no período ditatorial, onde quem se beneficiava era o Estado e não o Cidadão, na lógica de Segurança Nacional. É perceptível que a segurança e seus paradigmas, seguiram diferentes ritmos de sazonalidade, principalmente quando comparado a outras políticas sociais (FREIRE, 2009).

A Segurança Cidadã é permeada por um conceito de universalização, mas com foco em apazadas ações, estas que são focalizadas em grupos de risco e prudência quanto a violência. Devido a fragmentação de políticas públicas, um problema assíduo no Brasil, seria necessário a integração de políticas setoriais, sendo ofertado ao Estado, a possibilidade de assimilar a gestão integrada de políticas públicas (FREIRE, 2009).

Um outro ponto importante é a participação de cidadãos, pois a Segurança Cidadã carece de reforço a gestão local no âmbito da segurança. A população é peça chave no subsídio a formulação de políticas públicas, uma vez que criadas e fielmente desempenhadas, atenderá suas necessidades. Para efetivação desse novo paradigma, que é a Segurança Cidadã, é necessária integração, participação, transfiguração cultural e tempo (FREIRE, 2009).

2.3 TERRITÓRIO E POLÍTICAS SOCIAIS

O desafio posto pelo pensamento crítico é elucidar as contradições atuais do desenvolvimento capitalista e posteriormente superá-las. Essas contradições se fortalecem de acordo com a “sofisticação” do capital, pois este se propaga nos diferentes campos da vida social (ABREU, 2016).

O território necessita ser pensado a partir das contradições e multideterminações existentes na realidade capitalista (ABREU, 2016). É imprescindível conhecer o território sob a dinâmica capitalista, onde as forças produtivas, a divisão social do trabalho e a luta de classes seguem toda uma complexidade (ABREU, 2016).

Por isso, é importante pensá-lo em sua totalidade concreta, que é cercada de contradições intrínsecas ao modo de produção vigente (ABREU, 2016). O território, visto como resultante das relações históricas e sociais se transforma a partir dos ciclos dos processos produtivos do capitalismo (ABREU, 2016).

O modo de produção capitalista é cíclico, ora se encontra no auge econômico ora em crise. Na atual fase do capitalismo, o crescimento urbano se mostra complexo, principalmente por se desenvolver desvinculado do crescimento da produção e do mercado de trabalho. Esse movimento faz com que as contradições e desigualdades sejam acentuadas (ABREU, 2016).

Evidencia-se então que a gestão, a manipulação e o controle do espaço são planejados para o capital. De acordo com a fragmentação das esferas de produção, a necessidade de intensificar o giro do capital demanda especulação e negociação de terras para aquisição de renda fundiária (ABREU, 2016).

Para Sposati (2013), território pressupõe movimento, ou seja, é dinâmico, sendo assim, para além de um espaço geográfico que é resultado de um dispositivo jurídico estatal, contém uma ampla dimensão histórica. É no dinamismo das relações sociais que a identidade do território vai sendo constituída e construída. Esse fluxo ultrapassa a definição de território como apenas um dado volume populacional, o território não é estático, ocorre através das vivências e construções de identidades coletivas e individuais (SPOSATI, 2013).

Muitas cidades possuem seus territórios marcados por alteridades e discrepantes realidades e, ainda que existam convivências paralelas, traz em sua formação territórios que revelam uma total fragmentação ao apresentar um mosaico formado por espaços onde uns possuem riqueza extrema e outros em que a pobreza se faz presente (BRULON; PECI, 2013).

Arelado à cidade e seus fragmentados territórios, existem variadas dicotomias. Enquanto o poder público se ausenta e faz com que a precariedade espacial aumente, tem-se como consequência, a existência do antagonismo, seja entre morro e asfalto ou ricos e pobres. A realidade brasileira é marcada pelo fenômeno urbano das favelas e seus fracionados territórios (BRULON; PECI, 2013).

O processo de favelização intensificado nas cidades do país, entre as décadas de 1970 e 1990, sucedeu da intensa urbanização. O encadeamento da urbanização no Brasil, cuja economia periférica desenrolou-se de forma acelerada e centralizada, corporificou a supressão socioespacial em regiões metropolitanas consideradas como as principais (BARBOSA, 2009).

Políticas desenvolvimentistas destinadas ao investimento de capitais colossais tanto nacionais quanto regionais, localizadas principalmente no sudeste brasileiro, favoreceram o êxodo rural no Brasil, evidenciado das desigualdades econômicas existentes. O Estado passou então a elaborar políticas de habitação popular, devido as precárias condições de habitação nas metrópoles. Entre as medidas adotadas, as que obtiveram maior impacto foram a construção de avultados conjuntos habitacionais e a urbanização de áreas faveladas (BARBOSA, 2009).

Diante desse cenário, o Estado apropria-se de um papel importante direcionando a ocupação para habitação. Políticas públicas têm um forte poder influenciador sobre

as transformações do espaço e das relações sociais, contudo, suas ações se desdobram de maneira a responder de forma privilegiada os anseios da classe burguesa. A materialização se dá através de um planejamento urbano adotado pelo Estado, com tendências voltadas para a segregação socioterritorial (BARBOSA, 2009).

É evidente no país que o planejamento territorial necessita de avanços. Historicamente, as precárias condições de trabalho e de moradia se fazem presentes e articuladas. As 'favelas' surgem do processo de industrialização e da luta por moradia. A sociedade tradicionalmente caminhou distante da universalização de serviços e qualidade de vida, passando a incorporar assentamentos informais às margens dos grandes centros urbanos e conseqüentemente do Estado (BUENO, 2009).

No território, as políticas sociais se concretizam através de serviços distribuídos pela cidade. Automaticamente, se os serviços são inexistentes as políticas sociais se tornam ilusórias (SPOSATI, 2013). Devido ausência do poder público nas periferias, a desigualdade aumenta, pois se negligencia a possibilidade de reconfiguração desses espaços territoriais (BRULON; PECCI, 2013).

O poder público, uma vez ausente desses espaços, torna a possibilidade de garantia de direitos nula, abrindo espaço para a formação de atividades ilegais como o tráfico de drogas, logo, são os traficantes quem passam a comandar e impor suas leis (BRULON; PECCI, 2013).

Contudo, diante do atual contexto, o Estado busca manter o seu poder em bairros periféricos através da implementação de Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs), que tem como principal objetivo, devolver ao Estado o domínio sobre territórios (BRULON; PECCI, 2013).

A relação que os territórios possuem com as políticas sociais se efetiva por intermédio de serviços sociais manuseados por agentes locais, que assumem o papel de agentes públicos no suporte dos moradores de determinada região (SPOSATI, 2013):

As políticas sociais operam com conhecimentos sobre o humano em múltiplos sentidos. Envolvem mais força de trabalho humano e conhecimento relacional. A política econômica pode se abster das relações,

mas não dos interesses (é claro), pois usa cálculos, equações, abstrações ou mediações que a afastam do contato humano, embora os indivíduos sejam tocados pelo resultado de suas decisões (claro que não se está dando o mesmo estatuto a representantes de lobbies e usuários). Políticas sociais (ainda que mediadas por serviços) envolvem relações humanas reais, o que coloca, como ponto-chave, a discussão da relação território e políticas sociais (SPOSATI, 2013, p. 14).

É através da existência de serviços sociais manuseados por agentes públicos, que as políticas sociais se manifestam. Entretanto, muitas políticas não se territorializam devido às operacionalizações que são embasadas em parâmetros homogêneos e não condizentes com as particularidades da população residente (SPOSATI, 2013).

O que se afirma é a necessidade em se preocupar com a coletividade e particularidades de vida de quem habita em um território. É necessário considerar a totalidade (SPOSATI, 2013). “A política social, em si, não aterra, não tem chão” (SPOSATI, 2013, p. 17). É imprescindível analisar as expressões concretas das políticas sociais implantadas nos territórios e considerar, principalmente, a possibilidade de ocorrer uma secundarização da categoria político-social dos serviços, como parte de condições práticas de um território (SPOSATI, 2013).

Uma perspectiva fragmentada da realidade social tem marcado o modo como as políticas sociais brasileiras se constituem e atuam. Isso ocorre quando necessidades sociais passam a ser distinguidas e compartimentadas para um público-alvo, cujas características são as faixas etárias, a vulnerabilidade e/ou risco que se tem frente o movimento da sociedade capitalista (KOGA, 2013).

Logo, ainda que existam avanços nos textos legais que norteiam as políticas sociais, o que prevalece é um legado homogeneizador e desconectado dos territórios. Superar essa perspectiva que homogeneiza os segmentos que constituem as políticas públicas é uma árdua e complexa tarefa no campo político (KOGA, 2013).

Diante dessa conjuntura, o que se evidencia e fortalece é a ideia de território para além de espaço local e/ou comunitário, restritamente falando. Fundamenta-se nas escalas próximas aos cotidianos de vivências territoriais e diálogo com as políticas sociais (KOGA, 2013).

Quando se trata de escala mais próxima do território é importante se ter um cuidado com questões relacionadas ao cotidiano e seus diferentes atores, estes que se relacionam e são residentes de lugares resolutos. O território é expressamente

reconhecido na sociedade pelas suas múltiplas formas de produzir e reproduzir relações, sejam culturais, políticas ou socioeconômicas (KOGA, 2013).

Seguindo essa lógica, não se deve pensar o território e sua escala, como um microterritório, uma redução de algo amplo (KOGA, 2013), uma vez que o território se aproxima do que Milton Santos designa como:

[...] o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2008, p. 322).

Sendo o território de vivência portador de peculiaridades, dinâmicas típicas e singularidades, que se desdobram e articulam-se entre distintos atores sociais, sua estrutura excede as deficiências da formalidade ou da organização institucionalizada e constituída pelas políticas sociais, onde usualmente comandam seu desempenho por meio de regras administrativas. A divisão territorial uma vez inserida nessas regras delimita a área pertencente a cada morador, o ‘pedaço do chão’ ou ainda denominado área de abrangência (KOGA, 2013).

Esse processo de institucionalização dita quem acessará ou não serviços e programas existentes em territórios. Por mais que essa organização ‘venda’ a ideia de que indivíduos terão garantia de acesso, uma vez residentes de tal território, o que se tem na verdade é a criação de critérios que em vez de incluir excluem, negando, assim, direitos de cidadania (KOGA, 2013).

O autor Koga (2013) cita um exemplo, no qual alude o fato de ocorrer exclusividade de atendimento em uma dada unidade de saúde que é direcionada aos moradores de determinada área de abrangência, onde “mesmo com a ocorrência de ociosidade [...], em outra área da cidade, seja comum uma longa lista de espera” (KOGA, 2013, p. 37).

Outro ponto do qual aborda o uso da exclusividade político-administrativo no território, são as estratégias empregadas pela própria população, como meio de “ludibriar” as regras comprobatórias impostas sobre as residências. Os sujeitos de determinados territórios passam a fazer uso de meios informais, por meio do intercâmbio entre amigos ou os próprios familiares para conseguir acessar benefícios e serviços ofertados. Essas estratégias expõem a complexidade cotidiana

de lutas vividas pelos cidadãos, especialmente aqueles residentes em comunidades periféricas (KOGA, 2013).

3 METODOLOGIA

Para responder ao objetivo da pesquisa, que é identificar a percepção de jovens residentes do bairro São Benedito sobre a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na comunidade, foram utilizados métodos que buscaram concretizar de maneira apropriada a proposta deste estudo e reduzir a possibilidade de erros na coleta e tratamento dos dados.

A pesquisa é qualitativa e preocupou-se em aprofundar o estudo na compreensão de jovens residentes do bairro. Silveira e Córdova (2009, p. 31-32) afirmam esse tipo de pesquisa:

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

O que melhor respondeu ao desenvolvimento do estudo, além da pesquisa qualitativa, foi a Pesquisa Explicativa, pois esta concerniu em explicar as razões e os porquês das coisas e acontecimentos sociais, dando corpo ao que aqui se objetivou alcançar. A pesquisa foi caracterizada como explicativa por buscar registrar fatos, analisá-los, interpretá-los e identificar suas causas (GIL, 2010).

Diante do objetivo central da pesquisa, o que melhor se adequou ao objeto foi a “Pesquisa de Campo”, por se materializar de maneira espontânea. Buscou-se ir muito além da observação do local onde ocorreu a pesquisa, através da análise dos fatos e fenômenos transcorreu uma interpretação dos dados obtidos com um embasamento teórico sólido (GIL, 2010). A partir de uma análise crítica o objeto pesquisado incumbiu-se de maneira elucidada. A observação sistemática e participante da realidade dos jovens residentes do local oportunizou diante do que

foi ou não diretamente verbalizado, obter a descrição da atuação da polícia militar sob a ótica dos jovens.

A pesquisa aqui elucidada procurou o aprofundamento de uma realidade específica, no caso, a de jovens residentes do bairro São Benedito, Município de Vitória, Espírito Santo. Sendo assim, a observação direta, ou seja, a pesquisa de campo propiciou através da entrevista, uma conversação realizada face a face, captando através das explicações e interpretações o que ocorre na realidade estudada (GIL, 2010).

Levando em consideração o que foi descrito até aqui, quando discutido o método que foi utilizado no decorrer do estudo, cabe a afirmação de que a Pesquisa de Campo, Explicativa e com uma abordagem qualitativa, corporificou o que se objetivou alcançar no decorrer da praticidade do Projeto de Pesquisa aqui ilustrado.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, existem 2.789 habitantes no bairro São Benedito em Vitória, sendo a população masculina representada por 1.338 habitantes (48%) e a população feminina por 1.451 habitantes (52%). Dados apontam ainda, a divisão aproximada dos residentes por faixa etária agrupando em categorias de 0 a 14 anos (29,9%), 15 a 64 anos (64,1%) e de 65 anos ou mais (6%). A pesquisa contemplou dentro da subdivisão grupal de pessoas que possuem de 15 a 64 anos, jovens de 15 a 29 anos, simetrizando o quantitativo de 30 jovens, sendo 15 da população masculina e 15 da população feminina. A realização da pesquisa dividida em gênero foi escolhida para contemplar as diversas possibilidades de abordagens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Por meio de uma coleta de dados aleatória, onde a pesquisadora percorreu becos, ruas, adentrou casas e desceu e/ou subiu escadarias, a pesquisa buscou a partir do olhar desses jovens entrevistados, identificar como é a atuação da Polícia Militar (PM) no local. A faixa etária pesquisada foi embasada exclusivamente na idade que o EJUVE considera jovem, que é de 15 a 29 anos. Logo, não bastou somente abordar a população, mas que o sujeito tratasse de ser jovem para que desta forma, atendessem os critérios necessários para participação.

Como procedimento de coleta de dados foi utilizado como técnica a entrevista semiestruturada, por possibilitar melhor entendimento da amostra populacional estudada. A entrevista se materializou através da aplicação de 30 (trinta) formulários (APÊNDICE A) ⁶. A coleta somente foi realizada com prévia assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde cópias foram entregues aos jovens entrevistados. Esse termo (ANEXO A) apresentou introdutoriamente quem é a pesquisadora e o que se objetiva com a pesquisa.

As **entrevistas semi-estruturadas** combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75, grifo das autoras).

A entrevista semiestruturada possibilita diante de sua flexibilidade temporal, uma coleta de dados mais profunda no decorrer de alguns assuntos (BONI; QUARESMA, 2005). A interação entre pesquisadora e os jovens entrevistados permitiu uma maior aproximação, favorecendo dessa forma o surgimento de respostas espontâneas diante a complexidade da pesquisa. A espontaneidade permitiu apreender questões inesperadas, que se tornaram úteis e fundamentais para o estudo.

Para resguardar o sigilo dos (as) jovens entrevistados (as), estes não foram diretamente identificados (as), os dados expostos contém de maneira generalizada perguntas majoritariamente fechadas e relacionadas ao sexo, etnia/cor, estado civil, idade, escolaridade, ocupação profissional, etc.

A aplicação dos instrumentos elaborados para realização da coleta de dados dependeu de toda uma preparação, que, com certeza, desencadeou grande esforço e cuidado. Foi muito importante seguir o prazo estipulado e se atentar ao controle de aplicação dos formulários, para que assim erros fossem evitados.

⁶ Cabe destacar que algumas questões do questionário foram elaboradas a partir da leitura do artigo "A percepção da comunidade sobre a Polícia Militar em Marília - SP" (MELLO; TOIGO; FRANÇA, 2004).

Após elaboração e coleta dos dados, as entrevistas foram arquivadas em 02 (duas) pastas. Tais pastas foram divididas em formulários pré e pós-análises das entrevistas. Essa organização possibilitou fácil manuseio no decorrer da pesquisa, principalmente no momento de selecionar e categorizar as informações coletadas. Os formulários foram ainda controlados por uma planilha destinada para tabulação.

No decorrer do tratamento dos dados obtidos na pesquisa, buscou-se realizar uma correlação entre os objetivos da pesquisadora e as informações passadas pelos (as) jovens entrevistados (as). Todo o processo embasou-se numa teoria social crítica da realidade.

A busca por evidenciar as relações existentes entre o que se pretendia pesquisar e o que foi coletado estabeleceu uma relação de causa-efeito. A interpretação se tornou primordial nesse momento, ao possibilitar explicar e especificar a pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Se tratando dos aspectos éticos da pesquisa, a coleta de dados fundamentou-se na Resolução do Conselho Nacional de Saúde, Nº 466 de 2012. Uma vez que é extremamente necessário o devido respeito à dignidade humana. A pesquisa somente foi realizada diante do consentimento do (a) jovem entrevistado (a), este (a) que manifestou positivamente sua participação. Uma vez contrário à tal conduta, a pesquisa com o (a) jovem abordada (a) não foi realizada (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

Essa resolução de nº 466/12 expõe que se deve respeito ao participante quanto pessoa humana e aspectos éticos da pesquisa. Portanto, foi importante que em todo o processo o sujeito abordado se sentisse livre e totalmente consciente de sua participação na pesquisa, preservando assim a confidencialidade e a privacidade (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

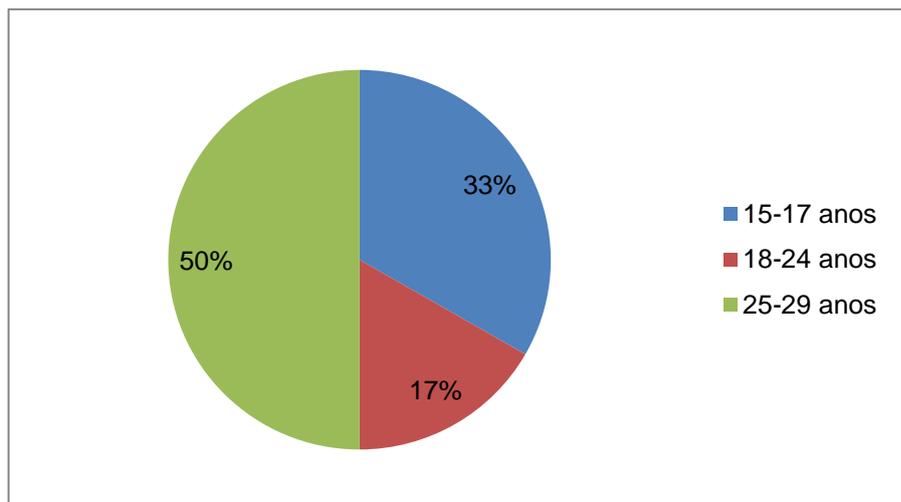
Nesse item serão abordados aspectos a respeito da juventude residente no bairro São Benedito levantados a partir da entrevista (coleta de dados) realizada junto a estes sujeitos. Muitas e importantes foram às percepções apresentadas no desenvolvimento da pesquisa frente à atuação da Polícia Militar na comunidade.

4.1 PERFIL DOS (AS) JOVENS ENTREVISTADOS (AS)

4.1.1 Faixa etária do (a) entrevistado (a)

De acordo com entrevista realizada junto aos jovens residentes no bairro São Benedito, seguindo a faixa etária considerada jovem pelo EJUVE e baseando-se na subdivisão cronológica, os jovens entrevistados apresentaram diferentes idades, sendo majoritariamente jovens-adultos (25 a 29 anos) com 50%, em seguida jovens-adolescentes (15 a 17 anos) com 33% e jovens-jovens (18 a 24 anos) com 17%.

Gráfico 01 – Faixa etária do (a) entrevistado (a)

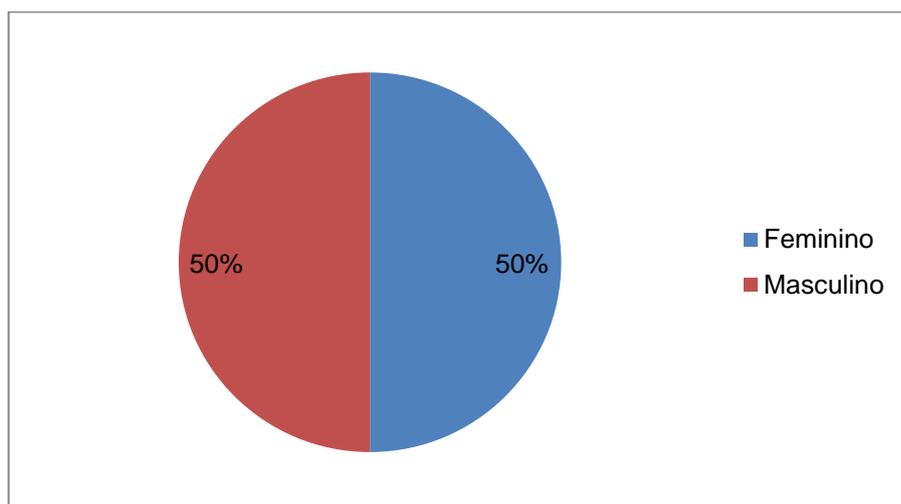


Fonte: Elaboração própria.

4.1.2 Sexo

A entrevista que contemplou o quantitativo de 30 (trinta) jovens de diferentes sexos buscou diversificar o público da pesquisa, tendo então, 50% de entrevistadas do sexo feminino e 50% do sexo masculino. A abordagem policial muda de acordo com o sexo da pessoa abordada, sendo assim, a abordagem policial sobre o (a) jovem apresentará disparidades.

Gráfico 02 – Sexo



Fonte: Elaboração própria.

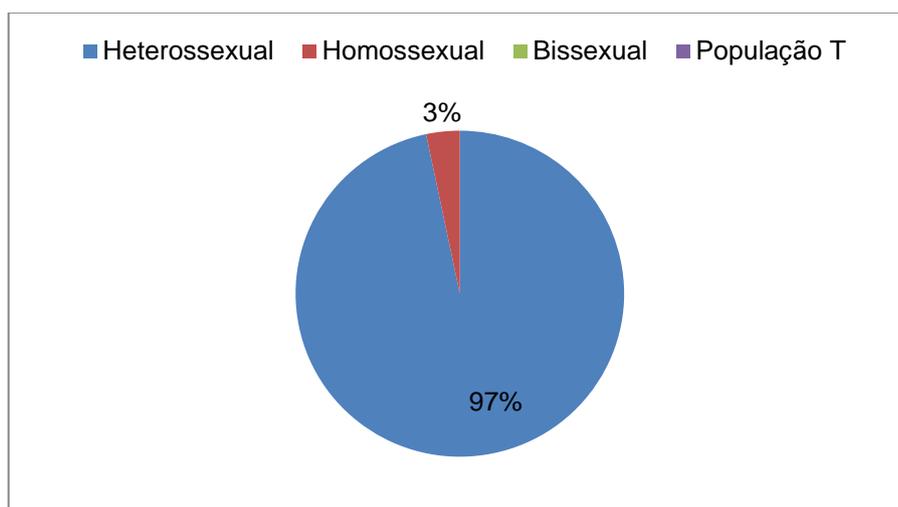
4.1.3 Orientação sexual/identidade de gênero

Dadas as características fundamentais dos seres humanos, cabe destacar o entendimento a respeito do que é a identidade de gênero. De acordo com os Princípios de Yogyakarta (apud CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2017, p. 1):

[...] a identidade de gênero pode ser entendida como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos.

Diante da diversidade sexual e/ou identidade de gênero, quanto autorreconhecimento destes como sujeitos sociais, buscou-se apresentar escolhas abertas quanto à orientação sexual, tema que infelizmente sofre muito preconceito em nossa sociedade. Dos entrevistados, 97% se afirmam como heterossexual, 3% como homossexual, 0% Bissexual e 0% População T (transexuais, transgênero e travestis).

Gráfico 03 – Orientação sexual/Identidade de gênero



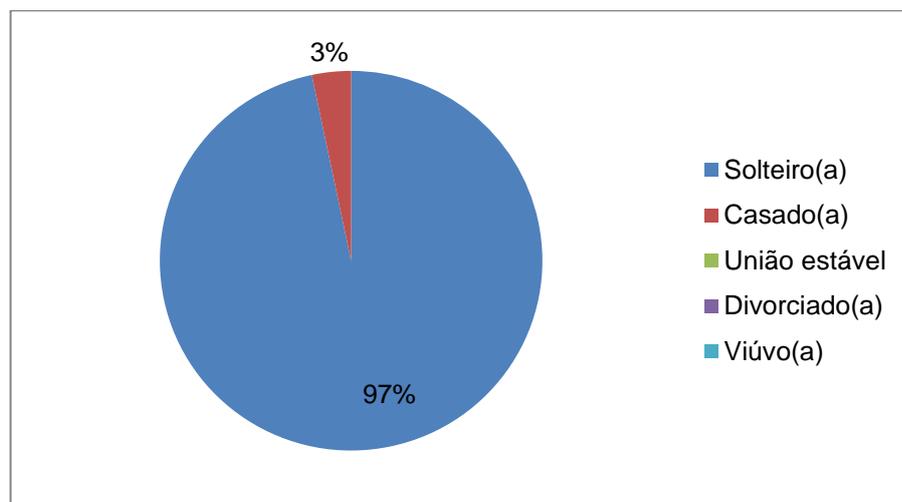
Fonte: Elaboração própria.

4.1.4 Estado civil

Ao questionar os jovens quanto suas relações matrimoniais ou à sociedade conjugal, os dados levantados seguiram a lógica empregada de acordo com as leis do país. Identificou-se que dos cinco tipos de estado civil os (as) jovens são 97% solteiros (as), 3% casados (as), 0% viúvos (as), 0% separados (as) e 0% divorciados (as). Foi acrescentado ainda, a opção união estável, que por lei não é considerado um tipo de estado civil, mas possui um reconhecimento legal dentro do âmbito da entidade familiar, os(as) jovens apresentaram um percentual de 0% nessa modalidade.

Estudos apontam que a grande maioria dos (as) jovens brasileiros (as) são solteiros (as), na pesquisa não difere. Ainda que a parcela daqueles (as) que são casados (as) judicialmente ou não seja significativa, nota-se o seguimento de uma tendência histórica, onde as mulheres se casam mais cedo que os homens. Essa diferenciação conjugal afeta diretamente a condição escolar dos jovens, pois o casamento é um fator possível de interrupção dos estudos (ABRAMO, 2005).

Gráfico 04 – Estado civil

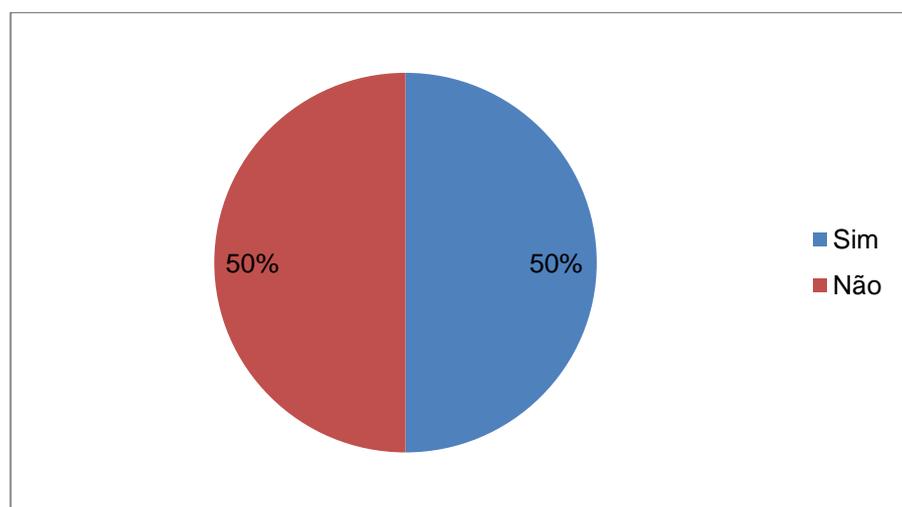


Fonte: Elaboração própria.

4.1.5 Jovens que possuem ou não filho (a)

Quando questionados sobre ter ou não filhos, do total de jovens entrevistados, 50% disse possuir e 50% não possuir filhos. Observou-se que dos entrevistados (as), as mulheres são a maioria entre os/as que declaram ter filhos.

Gráfico 05 – Jovens que possuem ou não filho (a)

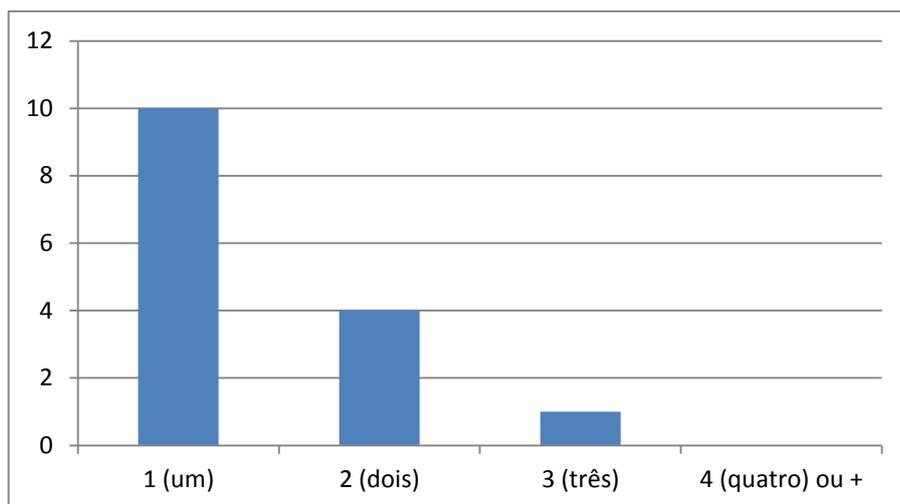


Fonte: Elaboração própria.

4.1.6 Quantidade de filho (s)

No que se refere à quantidade de filhos, 50% de jovens (o que equivale a 15 do total de entrevistados) disseram possuir, 10 jovens pontuaram ter somente 01 (um) filho (a), 4 jovens revelaram ter 02 (dois), um (a) jovem disse ter 3 filhos e nenhum dos (as) jovens entrevistados(as) disseram ter 4 (quatro) filhos ou mais.

Gráfico 06 – Quantidade de filho(s)



Fonte: Elaboração própria.

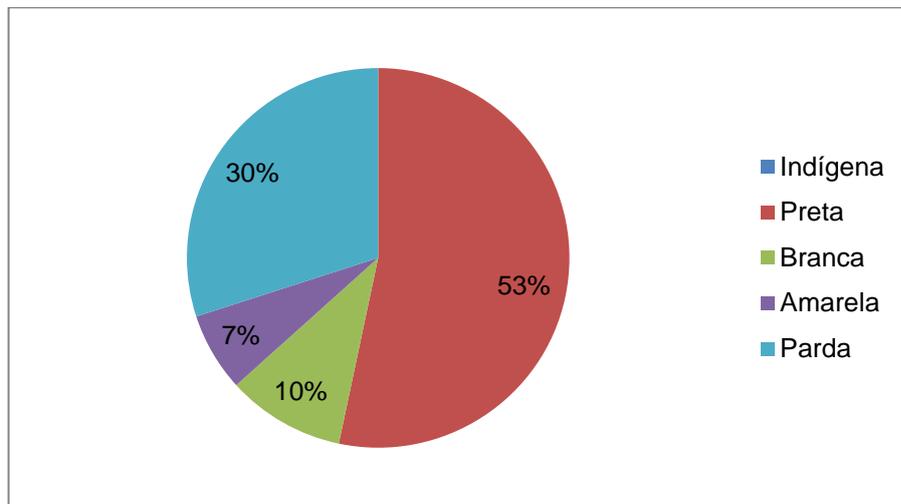
4.1.7 Etnia/cor

Para descobrir quais os jovens que possivelmente vivenciam de maneira mais latente a violência policial em virtude da etnia/ cor, questionou-se a partir da autodeclaração como os entrevistados se classificam entre preto, pardo, branco, amarelo ou indígena, classificação também utilizada pelo IBGE. Constatou-se 53% preta, 30% parda, 10% branca, 7% amarela e 0% indígena.

Muitas foram as abordagens sobre o “ser jovem” no decorrer da pesquisa. Dados enfocam que a problemática é como ser jovem frente a uma sociedade que discrimina. De acordo com o pertencimento étnico-racial dos (as) jovens entrevistados (as), a juventude preta/parda tem enfrentado com maior dificuldade a discriminação no dia a dia nessa fase da vida. Partindo de toda uma vulgaridade seletiva, os (a) jovens pertencentes dessas classes étnicas-raciais são selecionados de acordo com a “boa aparência” ou “bom currículo” para inserção à “vida adulta”. A juventude preta e pobre tem sido a mais vitimizada e posta como alvo principal de preconceito na sociedade (SANTOS, G.; SANTOS, M.; BORGES, 2005).

A Avenida Leitão da Silva em Vitória é uma via que divide a cidade racialmente, de um lado predomina a população branca e de outro a população preta e parda. Essa avenida é próxima ao bairro lócus dessa pesquisa (BOURGUIGNON, 2014).

Gráfico 07 – Etnia/Cor



Fonte: Elaboração própria.

4.1.8 Escolaridade

Sobre o grau de escolaridade dos (as) jovens entrevistados (as), dentre as opções apresentadas, os percentuais obtidos foram: Ilétrado (a) 0%, Fundamental Completo 3%, Fundamental Incompleto 47%, Médio Completo 23%, Médio Incompleto 27%, Superior Completo 0% e Superior Incompleto 0%.

Embora a educação seja um direito previsto pela Constituição Federal de 1988 e legislações correlatas como o Estatuto da Criança e Adolescente e o Estatuto da Juventude, os dados demonstram a brutal distância entre as previsões legais e as condições concretas de vida dos jovens residentes nos bairros de periferia no Brasil. O não acesso à educação limita e condiciona melhores oportunidades de emprego, de renda e vida.

O capítulo III, seção I da Constituição Federal de 1988 traz o seguinte sobre educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e

coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

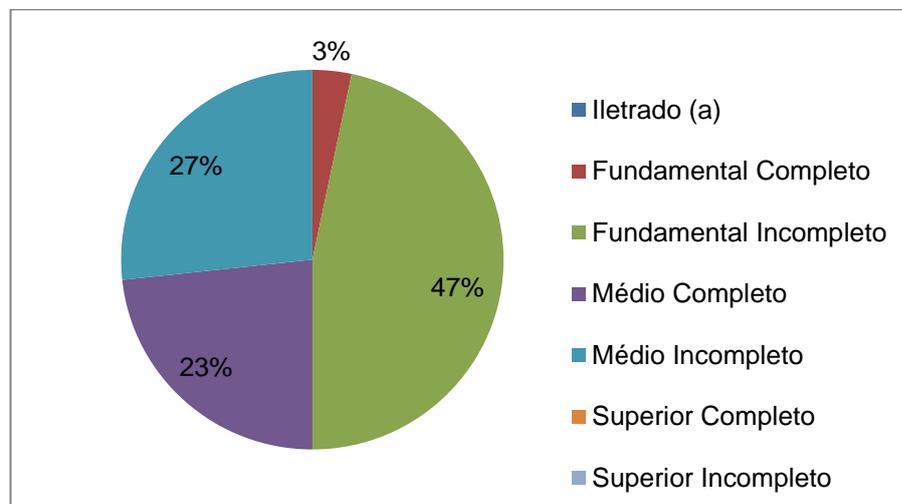
[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

[...]

É notável diante dos dados apresentados e do próprio texto da Constituição Federal o quão fragilizado tem sido o acesso à educação por parte dos jovens. A maioria dos (as) jovens entrevistados (as), sendo-os majoritariamente jovens-adultos (25 a 29 anos), não completaram o ensino fundamental, ou seja, não acessaram a educação básica de ensino. Outro ponto preocupante é como o acesso ao ensino superior ainda é extremamente restrito no Brasil, de maneira que jovens negros, moradores de periferia praticamente não conseguem chegar às faculdades e universidades.

Gráfico 08 – Escolaridade



Fonte: Elaboração própria.

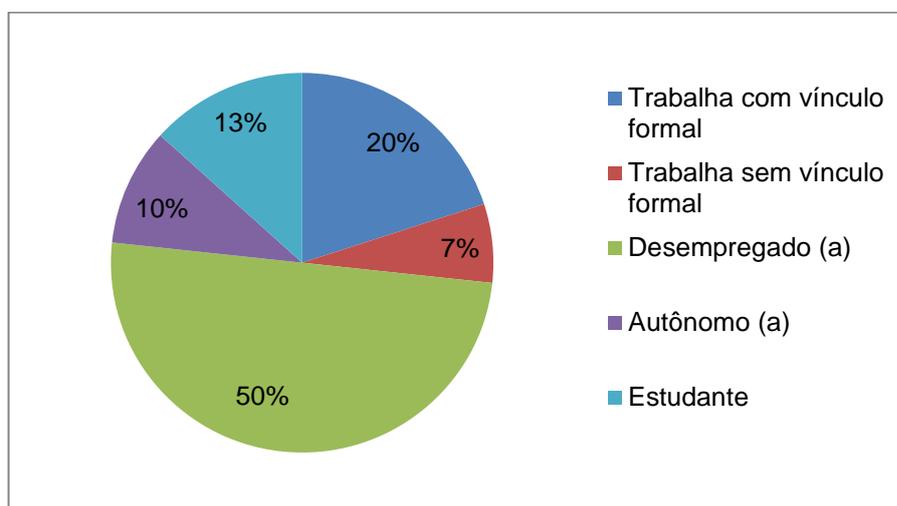
4.1.9 Ocupação profissional

No que diz respeito à ocupação profissional, ou seja, do que os jovens se ocupam nos seus “dia a dia” de trabalho, 7% dos (as) jovens manifestaram trabalhar sem vínculo formal, 10% de forma autônoma, 20% com vínculo formal e 50% dos (as) jovens entrevistados (as) disseram estar desempregados (as). Foi acrescentado ainda, a opção estudante já que a possibilidade dos (as) jovens apenas estudarem, trabalharem ou estudarem e trabalharem era existente e próximas. A variante ser ou não estudante apresentou um percentual de 13%.

É notável o quão mutilado têm sido os direitos juvenis. A criminalização preconceituosa sobre o jovem negro ultrapassa o aparato policial. Muitas instituições ligadas a justiça e presente no imaginário social tem fortalecido essa retórica construção social.

É expressivo o quantitativo de jovens desempregados e com baixa inserção escolar. Muitos jovens abandonam os estudos para se inserirem prematuramente no mercado de trabalho, com isso sua reinserção se torna praticamente nula devido à falta de qualificação profissional (FRIGOTTO, 2004).

Gráfico 09 – Ocupação profissional

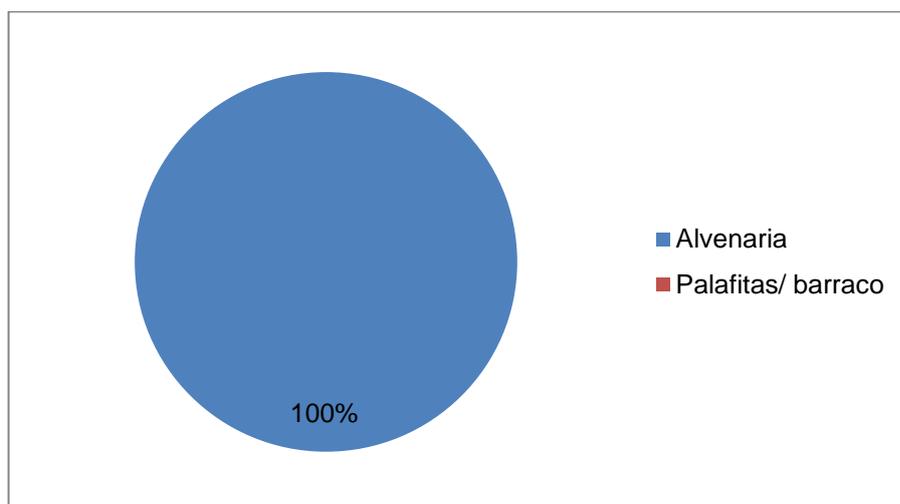


Fonte: Elaboração própria.

4.1.10 Tipo de moradia

No que concerne ao tipo de moradia ocupada pelos (as) jovens, 100% manifestaram ocupar residências de alvenaria e 0% palafitas/ barraco.

Gráfico 10 – Tipo de moradia

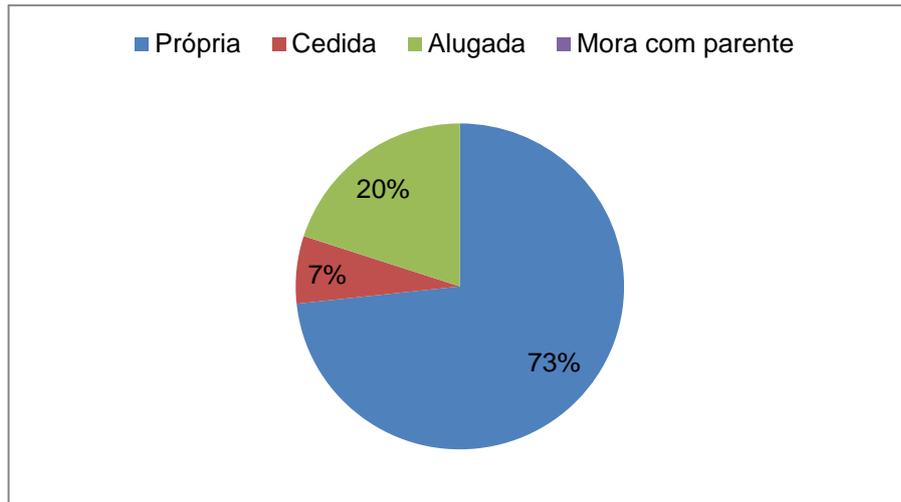


Fonte: Elaboração própria.

4.1.11 Situação de moradia

Além do tipo de moradia que tais jovens ocupam, outra questão levantada foi a situação de tais moradias, 73% dos (as) jovens disseram residir em moradias próprias, 20% em moradias alugadas, 7% em moradias cedidas e 0% expressaram que moram com parentes.

Gráfico 11 – Situação de moradia



Fonte: Elaboração própria.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

4.2.1 Visão sobre a garantia de segurança aos moradores pela Polícia Militar

No que se refere à presença da PM na comunidade, os (as) jovens foram questionados (as) sobre a atuação dos profissionais no local e se avaliavam que estes possibilitam segurança aos cidadãos. Do total de jovens entrevistados (as), 13 (43%) afirmaram que a PM possibilita segurança, 9 (30%) que não possibilita e 8 (27%) que a segurança só é proporcionada às vezes. Sobre a atuação muitas foram as justificativas levantadas para tais respostas.

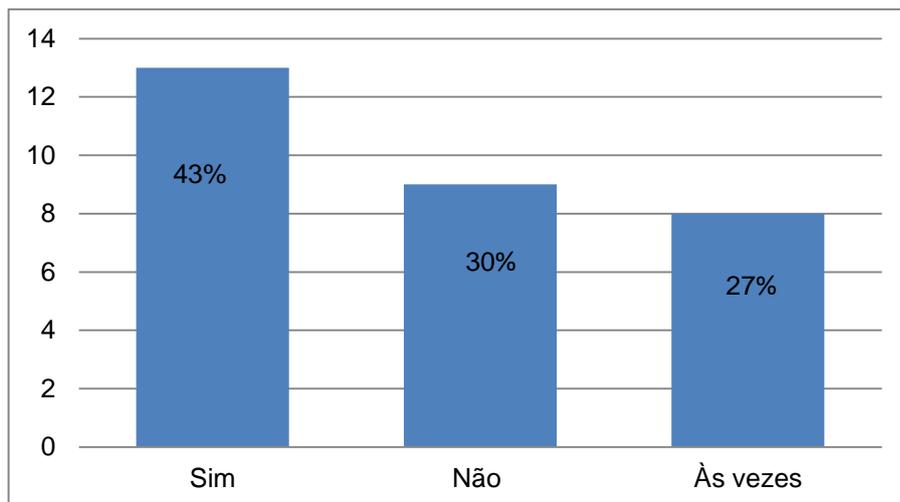
Quem se posicionou positivamente sobre a presença e abordagem policial na comunidade, argumentou que *“a atuação da PM é necessária por diminuir a atuação ilegal do tráfico de drogas e o índice de violência, que segundo alguns relatos, dos (s) jovens entrevistados (as), já foram bem maiores no bairro, que se encontrava em constante guerra entre gangues rivais; que a atuação é tranquila e transmite segurança na realização diária do patrulhamento; que os policiais apenas desempenham o trabalho deles; que são prestativos quando os moradores precisam*

de “ajuda” e teve jovens que acreditam em uma atuação “natural”, ou seja, a PM atua com “juízo de valor” no bairro por não conhecer o local e os moradores”.

Já os que se posicionaram negativamente, manifestaram que “a atuação não possibilita segurança, pois os policiais humilham e agridem os moradores; que a atuação é extremamente violenta e que a PM não deveria existir; que os policiais não distinguem “cidadãos do bem” de “bandidos”; que a abordagem é desrespeitosa; que são os traficantes locais quem têm possibilitado segurança aos moradores e outros jovens manifestaram que atuação é agressiva. Outra questão apresentada também, é que quando os policiais ficam muito tempo seguindo uma espécie de escala na UPP acabam não trabalhando efetivamente, ou seja, não realizando patrulhas diárias”.

Quanto aos jovens que não concordam, mas também não discordam da atuação da Polícia Militar na comunidade, justificaram que “a PM não proporciona segurança frequente, pois os patrulhamentos são majoritariamente violentos; que possibilita proteção, mas atua com arbitrariedade e excesso de violência por se tratar de um bairro pobre; que o patrulhamento tem sido reduzido e abusivo; que desempenham um bom trabalho, mas não possibilitam total segurança, pois quando ocorrem determinados fatos (crimes) na comunidade demoram para chegar nos locais mesmo existindo uma UPP no bairro; que policiais “corruptos” acabam afetando a atuação de profissionais da própria corporação, que respeitam os moradores diante da necessidade de existir no local e outros (as) jovens expuseram que a PM transmite segurança apenas quando intervém diretamente em guerras entre gangues rivais”.

Gráfico 12 – Jovens que acreditam que Polícia Militar possibilita segurança aos moradores

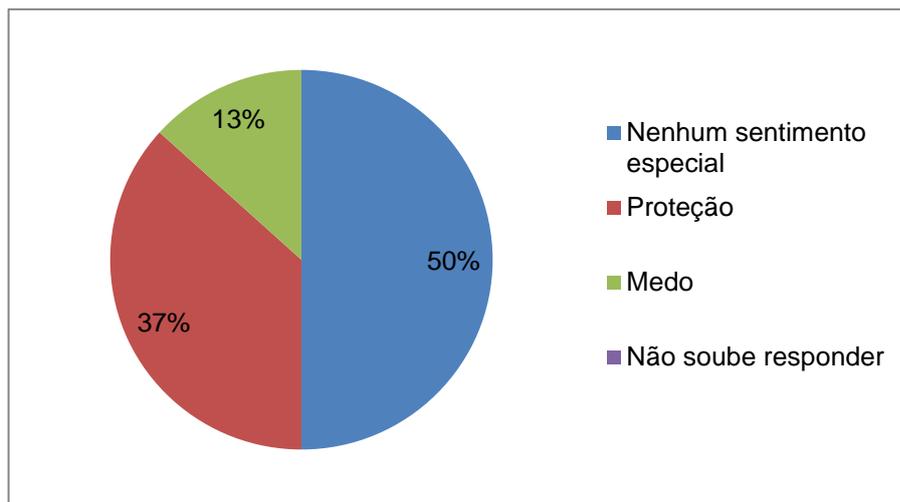


Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Sentimento que a Polícia transmite

Frente à indagação sobre o sentimento transmitido pela PM aos jovens, o índice apresentado foi de que 50% não sentem nenhum sentimento especial; 37% protegidos (uma taxa bastante elevada, mas que não minimiza a porcentagem de medo) e 13% amedrontados e 0% dos jovens não souberam responder.

Gráfico 13 – Sentimento que a polícia transmite



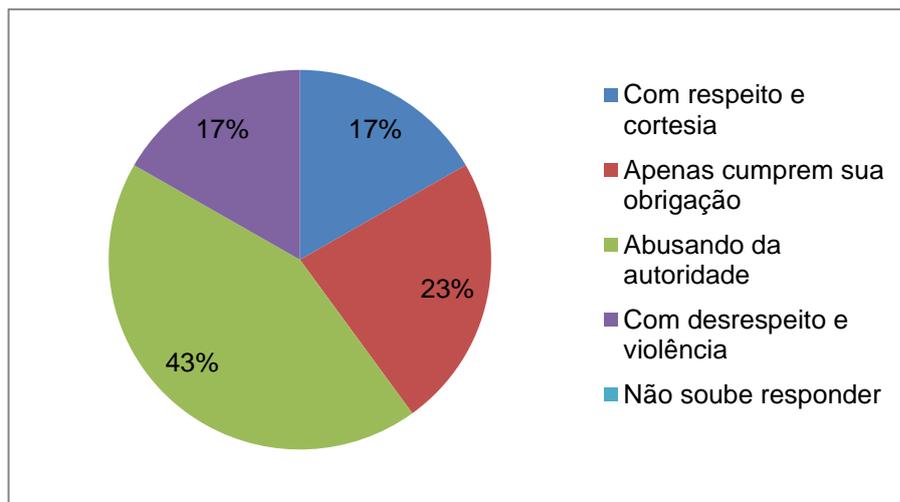
Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Como os Policiais Militares se relacionam com os (as) moradores (as)

Sobre o modo como a PM se relaciona com os moradores, 43% dos jovens entrevistados disseram que é com abuso de autoridade, 23% afirmam que apenas cumprem sua obrigação, 17% com afirmam desrespeito e violência, 17% com afirmam respeito e cortesia e 0% não souberam responder.

Esses dados ainda evidenciam o quanto a atuação da Polícia Militar em bairros periféricos é truculenta e com abuso de poder, portanto, extrapolando os limites do previsto na Constituição, que é resguardar a vida dos cidadãos e garantir segurança.

Gráfico 14 – Como os policiais militares se relacionam com os (as) moradores (as)



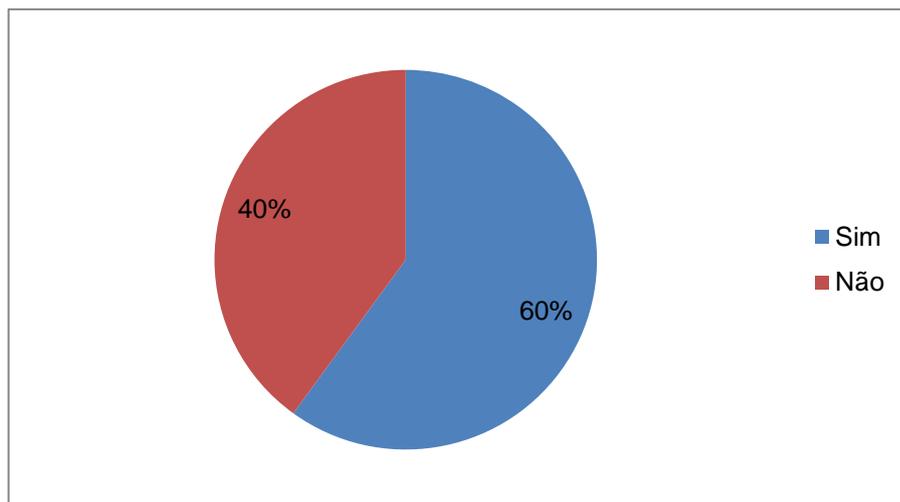
Fonte: Elaboração própria.

4.2.4 Jovens que já foram ou não abordados (as) pela Polícia Militar

Quando questionados aos jovens se já haviam sido abordados pela PM, 50% disseram que já foram abordados (as) e 50% que não foram abordados (as). Dessas abordagens, foi identificada uma diferença na abordagem sofrida entre homens e mulheres. Jovens do gênero feminino estavam em algum baile funk da comunidade, dentro de suas residências, ruas, pontos de vendas de substâncias ilegais e na praça do bairro. Já jovens do gênero masculino estavam parados em ruas, becos, conversando com grupos de amigos, saindo de suas residências, em bairros considerados não periféricos, descendo alguma escadaria do bairro e indo ou retornando do trabalho.

A pesquisa confirma que jovens pretos ou pardos residentes da periferia são mais suscetíveis aos riscos da violência. A Segurança Pública mesmo sendo de responsabilidade do Estado, tem exercido um papel de repressão e não de seguridade social. O extermínio da juventude negra tem como uma das principais causas, a violência policial na periferia e comprometimento com o crime organizado (SANTOS, G.; SANTOS, M.; BORGES, 2005).

Gráfico 15 – Jovens que já foram ou não abordados (as) pela Polícia Militar



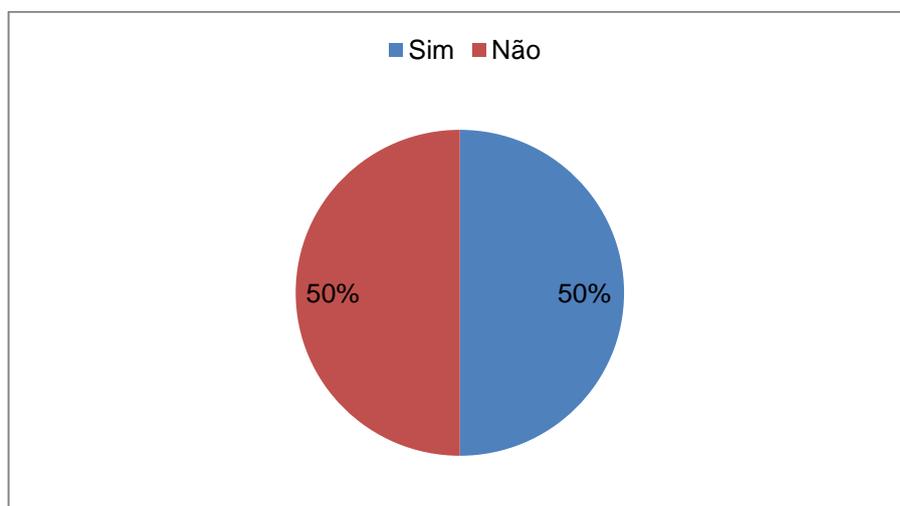
Fonte: Elaboração própria.

4.2.5 Jovens abordados (as) que sofreram ou não algum tipo de violência (física, psicológica, moral)

Sobre a possibilidade dos (as) jovens terem sofrido algum tipo de violência policial ao serem abordados (as), 60% dos jovens disseram ter sofrido e 40% não ter sofrido quaisquer tipo de violência física, psicológica ou moral.

Muitos são os questionamentos acerca da violência praticada por policiais militares, estes que são encarregados de realizar o policiamento ostensivo posicionando-se na linha de frente. Quando atos violentos praticados por policiais militares, somente repercutem quando a vítima é vista como “inocente” ou “digno de vida”, o que demonstra que na realidade o número de jovens vítimas por violência policial é muito maior do que o divulgado pela mídia (KARAM, 2015). Foi o que ocorreu no caso do jovem Wedeson, retratado no início da pesquisa. Após ser morto por um policial militar, a população residente na localidade se manifestou e atraiu o olhar da mídia, que de forma manipuladora dividiu pensamentos e distorceu o real motivo da violência cometida pelo militar. O correto seria identificar o policial responsável pelo ato e elucidar a causa da violência, contudo há 1 (um) ano da ocorrência do fato, nada foi esclarecido.

Gráfico 16 – Jovens abordados (as) que sofreram ou não algum tipo de violência (física, psicológica, moral)



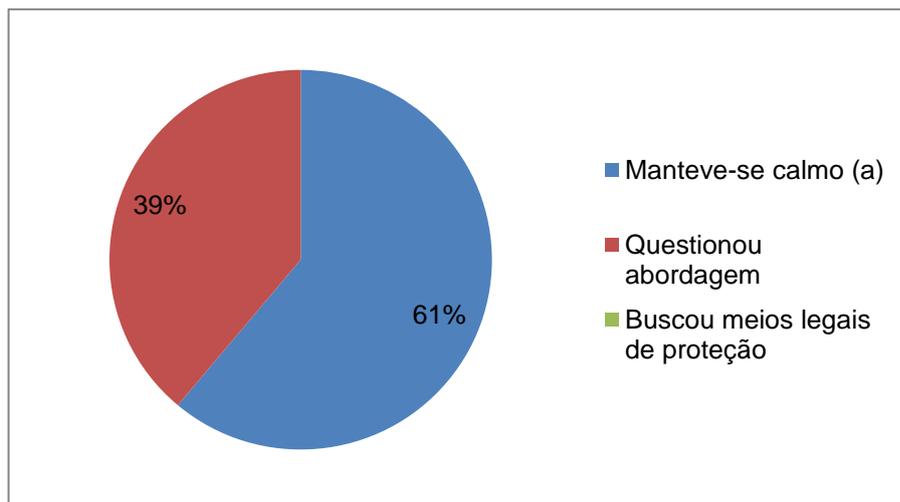
Fonte: Elaboração própria.

4.2.6 Reações dos (as) jovens abordados (as)

Em relação às reações dos (as) jovens abordados (as), 61% manteve-se calmo(a); 39% questionou abordagem e 0% buscou meios legais de proteção, seja Corregedoria Militar, Defensoria Pública, etc.

Diante dos (as) jovens que já sofreram abordagem policial, nota-se que diversas foram as reações. O fato de nenhum (a) dos (as) jovens abordados (os) terem buscado meios legais de proteção é preocupante, pois esse fator torna a possibilidade do quantitativo de jovens vítimas da violência policial que é diariamente noticiado ser maior.

Gráfico 17 – Reações dos (as) jovens abordados (as)

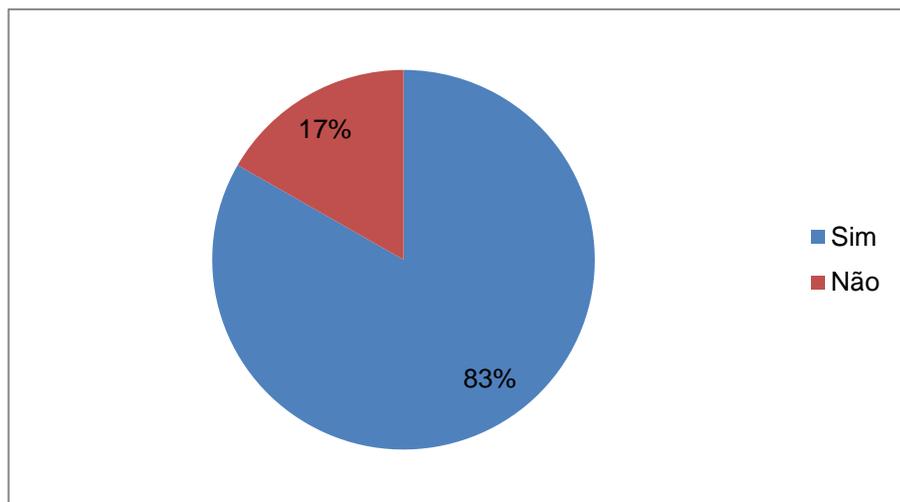


Fonte: Elaboração própria.

4.2.7 Jovens que conhecem pessoas que já sofreram algum tipo de violência Policial

A cerca da possibilidade dos (as) jovens entrevistados (as) conhecerem pessoas que tenham sido vítimas de algum tipo de violência policial, 83% disseram conhecer 17% que não conhecem. O que demonstra o quanto a atuação militar nos bairros de periferia é violenta e requer maior atenção da Segurança pública.

Gráfico 18 – Jovens que conhecem pessoas que já sofreram algum tipo de violência policial



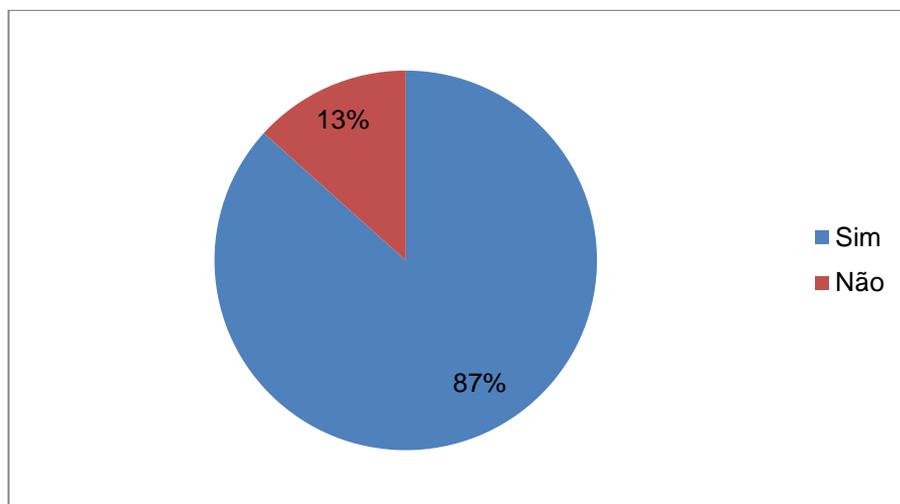
Fonte: Elaboração própria.

4.2.8 Jovens que notam ou não diferença na atuação da Polícia Militar em comparação a outros bairros considerados não periféricos

Quando os (as) jovens foram questionados sobre probabilidade de notarem ou não diferença na forma como a PM atua em bairros pobres em comparação a bairros considerados não periféricos, 87% disse notar diferença e 13% não notar. As diferenças apontadas foram majoritariamente ligadas a luta de classes existente entre Capital versus Trabalho, onde a burguesia detém do poder e a classe trabalhadora é explorada. Os (as) jovens disseram que em bairros ricos a PM se quer anda armada, pois moram nesses locais, que respeitam, são protetivos, atenciosos, compreensivos, pacíficos, não atuam com violência, não se preocupam com o perfil das pessoas que circulam e/ou abordam todas. Em bairros pobres atuam com violência e desrespeito, a agressão e o preconceito policial se fazem presentes cotidianamente e que estereotipam o preto e pobre. O fator socioeconômico e racial são os principais fatores de disparidades.

Jovens que não notam diferença justificaram que independentemente do local onde a PM atua o desrespeito e a violência se fazem presentes ou que apenas cumprem com o exercício profissional.

Gráfico 19 – Jovens que notam ou não diferença na atuação da Polícia Militar em comparação a outros bairros considerados não periféricos



Fonte: Elaboração própria.

4.2.9 Jovens que já ouviram falar sobre a desmilitarização da Polícia Militar

Quanto aos jovens entrevistados que ouviram ou não falar sobre a desmilitarização da PM, 80% disse não ter ouvido falar e 20% ter ouvido.

Diante da atuação da PM no bairro e das inquietudes dos(as) jovens entrevistados(as), verificou-se a necessidade de indagar a forma que os policiais militares deveriam atuar na comunidade. Dentre as diversas falas, a juventude destacou pontos que acreditam ser importantes.

Dos que creem na imprescindibilidade de mudança frente a deficiência da atuação policial na periferia, apontaram a premência de um exercício profissional sem corrupção; violência; arbitrariedade; tratamento inadequado para com os residentes do bairro, onde não existe distinção entre “bandidos” e “cidadãos do bem”; dialogar e adentrar as casas portando Mandado de Busca e Apreensão ou sob autorização dos moradores; que não deveriam existir; com respeito e sem discriminação por etnia/cor ou condição econômica; com profissionalismo e afabilidade; em prol da proteção;

sem condicionamento à situações vexatórias; aumentar o policiamento diário... Enfim, atuar da mesma forma que atuam em bairros considerados não periféricos.

Os jovens que não identificaram necessidade de mudança na atuação da PM no bairro expuseram que os policiais devem atuar da mesma forma que é atualmente, mas que em determinadas situações não devem agir com excessiva violência.

A militarização da atuação policial não surge meramente do vínculo com o exército, ou ainda, exclusivamente da existência da nomenclatura “militar” dada à polícia. A militarização se encontra para além dessas questões. Logo, não são apenas as polícias que precisam ser desmilitarizadas, mas sim ocasionar um afastamento da “militarização ideológica da segurança pública” (KARAM, 2015). A militarização das polícias tem se tornado cada vez mais preocupante, principalmente pelo fato da sociedade de forma geral não se incomodar com atuações até mesmo das próprias Forças Armadas, que claramente desviam-se das atribuições que a Constituição Federal lhes lega, que é expresso no seu art. 142, onde “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. A atuação policial é amplamente ilegítimizada no país (BRASIL, 1988; KARAM, 2015).

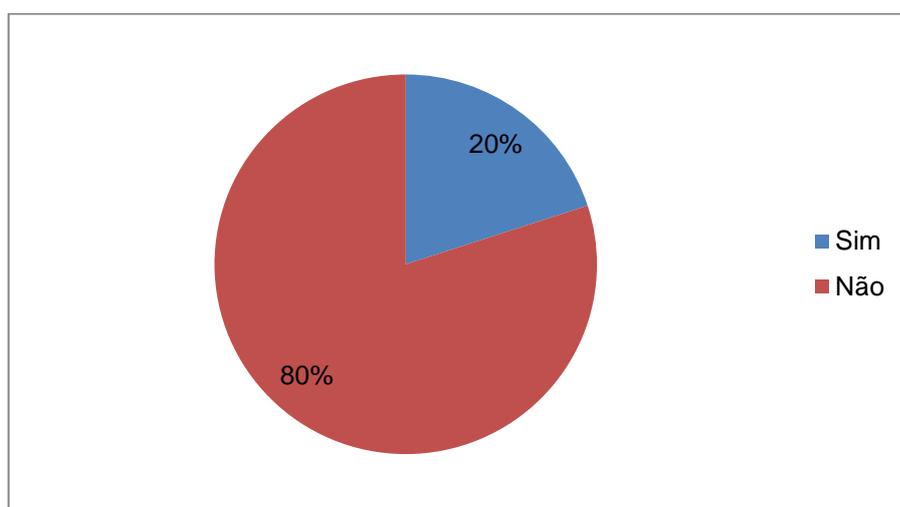
A violência policial – entendida aqui como abuso da força legal, prática de torturas e humilhações, bem como execuções extrajudiciais por parte das polícias militar e civil nos diferentes estados da federação – é a *cara* da moeda cuja *coroa* é a criminalidade urbana, da qual fazem parte os delitos contra o patrimônio [...] e os crimes contra a vida, dos quais são vítimas os cidadãos comuns (os chamados crimes de colarinho não são percebidos como parte da violência urbana). Como faces da mesma moeda *cara* e *coroa* são inseparáveis (WYLLYS, 2015, p. 51, grifo do autor).

A centralidade que essa moeda ocupa no seio da população brasileira se fortalece devido o medo e o sentimento de insegurança, que são oriundos de fatos reais e fortalecidos pelos variados meios de comunicação. O que preocupa é a forma como a mídia expõe os ocorridos, fazendo com que aumente e naturalize práticas até mesmo de tortura (WYLLYS, 2015).

A naturalização da violência policial impacta principalmente no fortalecimento da indiferença a garantias constitucionais e respeito aos direitos humanos. A principal vítima dessa violência são massivamente os pobres, especialmente negros residentes de periferias. Frente a essa realidade, a justiça social tem disso

apresentada como meio de incluir os pobres aos diversos âmbitos sociais e ampliar a comunidade de direitos (WYLLYS, 2015).

Gráfico 20 – Jovens que já ouviram falar sobre a desmilitarização da Polícia Militar



Fonte: Elaboração própria.

Além desses dados, cabe destacar ainda algumas impressões gerais observadas no momento da coleta de dados relacionadas à realidade da juventude majoritariamente de etnia/cor preta e parda, pobre e residente da periferia, tais como:

- falas que revelaram que quando as abordagens feitas pela Polícia Militar foram realizadas nas residências dos (as) jovens, a PM não possuía mandado de busca e apreensão judicial para realizar a ação ou estava ocorrendo alguma excepcionalidade, e mesmo com negativa dos moradores do local, ações foram realizadas;
- que o desejo por uma nova forma de atuação militar ou até mesmo extinção dessa categoria profissional é existente;

- que muitos policiais militares têm causado indignações à juventude, principalmente quando esta é preta ou parda;
- que a violência policial é naturalizada por muitos no local;
- muitos foram os relatos durante a entrevista de jovens sobre casos de violências policiais, onde muitos “profissionais” conheciam a pessoa abordada e possuía consciência do seu não envolvimento em atividades ilegais;
- do medo em falar a respeito da atuação militar, principalmente por jovens vítimas da violência policial;
- das discordâncias de terceiros nas falas de jovens que possuem um olhar conservador da sociedade e a “invasão” de policiais aos pontos de venda de drogas para próprio consumo.

Diante dessa realidade, o pensamento da necessidade de luta e conscientização de direitos juvenis tem se fortalecido frente tamanha violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo no bairro São Benedito em Vitória. A análise que partiu da ótica dos (as) jovens residentes do local, permitiu identificar importantes percepções destes em relação a atuação da Polícia Militar (PM).

Levando em consideração os aspectos apresentados pelos (as) jovens entrevistados(as), entende-se que a juventude atualmente se encontra inserida em um contexto social preocupante, visto que a relação antagônica entre Capital versus trabalho tem acirrado a exploração da população que vive as margens do grande centro metropolitano.

Compreender a construção social da juventude foi imprescindível para interpretar as dificuldades que os (as) jovens enfrentam ao buscarem se emancipar e adentrar a vida adulta. Dificuldades que se acentuam em vários âmbitos, seja na área do trabalho, saúde, ensino, relação familiar, etc.

É notável a histórica segregação da juventude diante da realidade e da abordagem da categoria militar, onde o universo territorial se mostrou complexo defronte à vulnerabilidade juvenil. Os (as) jovens têm se apresentado como sujeitos desterritorializados.

Frente a essa perspectiva, cabe elucidar o fato de que o território se encontra em uma posição que ultrapassa o espaço de uma trivial área de abrangência, pois carrega consigo traços singulares e pluridimensionais de toda uma construção sociohistórica.

Morar em bairro periférico é uma luta diária, seja por acesso a direitos ou efetivação da cidadania. No São Benedito não é diferente, de acordo com o estudo realizado junto aos jovens, constatou-se que estes se encontram inseridos em um contexto histórico de abandono por parte do Poder Público.

A Constituição Federal de 1988 assegura teoricamente aos cidadãos direitos, mas, na prática, é notório que não se tem essa garantia. O Estado quanto representante governamental deveria garantir acesso aos direitos, mas este é quem mais sucateia políticas públicas mediadoras de acesso. Existe ainda o Estatuto da Juventude, que mesmo tendo sofrido um longo processo de construção, sua implementação como lei foi tardia, o que limita ainda mais a conscientização e amplo debate da juventude sobre seus direitos e deveres quanto cidadãos.

As políticas públicas têm se mostrado cada vez mais fragilizadas, fragmentadas, restritivas e seletivas. A quantidade de jovens residentes do bairro que se encontram excluídos do mercado de trabalho e da vida escolar é preocupante. Cada vez mais a juventude se vê à parte dos diversos campos da sociedade.

O modo de produção capitalista tem acirrado cada vez mais a luta de classes entre Capital versus Trabalho. A classe explorada e oprimida se torna cada vez mais excluída dentro do modelo societário vigente. Os cidadãos têm o trabalho como algo fundante do ser humano. Contudo, cada vez mais se afasta das condições básicas de sobrevivência.

É evidente a necessidade de se adotar um novo modelo societário, onde seja mais justo e igualitário para todos, sem distinção de condição econômica e étnico-racial. O (a) jovem de etnia/cor preto/pardo é o (a) que mais tem sofrido com o movimento explorador da sociedade capitalista, onde tem cada vez mais se tornado vítima da violência policial.

A PM tem cada vez mais reprimido e criminalizado os jovens. Com uma atuação regada de discursos em prol da “guerra ao tráfico”, o Estado que tem os policiais militares como braços armados, legitima a violência desses agentes públicos, que controlam a sociedade e impõe condicionantes que impedem o direito de ir e vir de jovens como o Wedeson, que teve a vida ceifada ao ir comprar pão em uma padaria próxima a sua residência.

O autoritarismo e retórico conservadorismo que o Estado impõe sobre a sociedade e principalmente aos jovens tem aumentado a possibilidade de se tornarem vítimas de quem deveria proporcionar segurança e liberdade, um dos direitos fundamentais para se viver. O Estado tem buscado demasiadamente mascarar o qual ineficiente tem sido frente à sociedade. Sua ausência e transferência de responsabilidades tem a afastado a

probabilidade de sanar não só a violência juvenil, mas muitas outras expressões da questão social.

A mídia cada vez mais tem reforçado os diversos meios de comunicação a retórica percepção da juventude condicionada a uma fase dotada de incertezas e problemáticas. A distorção presente na fala e nos textos midiáticos, afirmam todo um conservadorismo, que naturaliza principalmente a violência contra os(as) jovens residentes principalmente das periferias.

Conclui-se a necessidade de conscientizar a sociedade e principalmente os(as) jovens, que são os(as) principais vítimas da violência policial frente a atuação da Polícia Militar, de seus direitos. É importante saber o que os policiais podem ou não fazer em situações de busca dentro de casa seja com ou sem mandado, e suas excepcionalidades; busca pessoal; busca no carro; quando se é conduzido(a) à Delegacia de Polícia e imprescindivelmente quando e como denunciar a atuação ilegítima da PM. Impor aos jovens seus deveres quanto cidadãos se torna nulo, quando se viver tem sido uma improbabilidade no meio.

É necessário unir forças para mudar o sistema vigente e enfrentar o “bicho papão” de cada dia. Quanto pesquisadora, o desejo que se fortalece é o de lutar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, onde não sejamos vítimas da sociedade dentro de nossas próprios lares. É fundamental suspender o cotidiano e através da superação do senso comum e do sentimento de ódio que corrói os seres humanos, sermos críticos e cidadãos não pacatos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005. p. 37-72.

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T.; SPOSITO, M. (Org.). **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo, 1997. p. 25-36.

ABREU, Maria H. E. **Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.

AQUINO, Luseni. A Juventude como Foco das políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni M. C.; ANDRADE, Carla Coelho. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 23-40.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social: da violência ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBOSA, Anna Emília Maciel. **Questão da Habitação: territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará**. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

BELLI, Benoni. **Tolerância zero e democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 90**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n.1, jan./jul. p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf>. Acesso em 25 out. 2015.

BOURGUIGNON, Natália. Leitão da Silva: a avenida que divide a raça dos moradores de Vitória. 2014. **Gazeta Online**. Disponível em: <http://hmgazetaonline.redegazeta.com.br/_conteudo/2014/09/especiais/vitoria_463_anos/1496557-leitao-da-silva-a-avenida-que-divide-a-raca-dos-moradores-de-vitoria.html>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Brasília, 2013.

BRASIL.. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRULON, Vanessa; PECCI, Alketa. Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p.1497-1517, nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n6/08.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BUENO, Laura Machado de Mello. Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. In: SILVA, J. S. e; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. O.; FERNANDES, F. L. (Org.). **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

CANO, Ignacio. Política de Segurança no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 5, p. 136-155, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/v3n5a06.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 05 set. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Termo de orientação**. 2017. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/site/images/arquivos/termo.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

CORTEZ; René. **Polícia Militar: uma superestrutura a serviço da burguesia**. 23 mai. 2014. Resenha. Disponível em: <<http://www.blogsintese.com.br/2014/05/policia-militar-uma-superestrutura.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 320p.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: FREITAS, M.V. de; PAPA, F. C (Org.). **Juventude em Pauta Políticas Públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ESQUERDA. **Dicionário do Aurélio de Português Online**, 26 set. 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/esquerda>>. Acesso em: 17 out. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, ano 10. 2016.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias**. Aurora, São Paulo, n. 5, p. 49-58, 2009.

FRIGOTTO, Gradêncio. Juventude trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004, p. 180-216.

GIBIN, Camila. Desmilitarização da polícia, das prisões e da política: uma pauta necessária à luta pelo fim do capital. In: SILVA, Givanildo Manoel da. (Org.). **Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas**. Minas Gerais: Pueblo, 2015. p.79-87.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, W. M. de S. **A Percepção de Jovens Residentes do Bairro São Benedito (Vitória/ES) Sobre a Atuação da Polícia Militar na Comunidade**. 2017. Entrevista concedida a Rosely Costa de Souza, Vitória, 28 de out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse por Setores: censo demográfico**. Dados cartográficos, 2017. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

KARAM, M. L. Violência, militarização e 'guerra às drogas'. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 33-38.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p.30-42, 26 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17972/14622>>. Acesso em: 15 out. 2017.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p.30-42, 26 dez. 2013

LÉPORE, Paulo Eduardo; RAMIDOFF, Mário Luiz; ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da Juventude Comentado: Lei n. 12.852/2013**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES, Aglisson. Entre a escola e o presídio, a cruz. 2016. **Gazeta Online**. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/opiniao/2016/10/entre-a-escola-e-o-presidio-a-cruz-1013989922.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento, elaboração, análise e interpretação da dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELLO, Milena Deganutti; TOIGO, Marceu Dornelles; FRANÇA, Adriana Aparecida. A percepção da comunidade sobre a Polícia Militar em Marília – SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/101>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 19-26.

MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n.10, supl.1, p. 7-18. 1994.

NUNES, Pedro J. **SECRI**: Serviço de Engajamento Comunitário. Vitória: Cultural e Edições Tertúlia, 2012. Disponível em: <http://pedrojnunes.com.br/pdf_livro_do_secri.pdf>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O controle do Arbítrio do Estado e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). In: **Direitos Humanos no Século XXI**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1998.

POLÍTICA. **Dicionário do Aurélio de Português Online**, 24 set. 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/politica>>. Acesso em: 17 out. 2017.

QUIROGA, Consuelo. **Trabalho e Formação da Identidade Juvenil**: reconhecimento de trajetórias de jovens pobres. 2001. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ROCHA, Janne A.; COSTA, Maria B. B. L.. Estado e Sociedade Civil em Gramsci: uma primeira aproximação. In: JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, 7., 2016, Fortaleza. **Anais... Fortaleza**: Ceará, 2016. p. 1-14.

RODRIGUES, Rôney. **Cultura**: ferramenta de articulação e contestação social. **Caros Amigos: A primeira à esquerda**, São Paulo, Edição Especial, p.24-25, mar. 2013.

SALATI, Paula. Conjuntura: dilemas expressam lacunas históricas. **Caros Amigos: A primeira à esquerda**, São Paulo, Edição Especial, p.4-6, mar. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Valber Ricardo dos. **Política de Segurança Pública no Brasil Contemporâneo**: entre a Segurança Cidadã e a Continuidade Autoritária. 2012. 174 f. Tese (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2012.

SANTOS; Gevanilda; SANTOS, M. J. P.; BORGES, Rosangela. A juventude negra. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005. p. 291-302.

SILVA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla. C. de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 41-70.

SILVA, F.C. da. O Conceito de Fetichismo da Mercadoria cultura de T. W. Adorno e M. Horkheimer: uma ampliação do fetichismo marxiano. **Kinesis**: Minas Gerais, v. 2, n. 3, 2010, p. 375-384. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/FabioCesardaSilva.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, Luiz. A. M. da. Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **CADERNO CRH**: Salvador, v. 23, n. 59, 2010, p. 283-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/06.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

SILVEIRA; Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA; Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27-32.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.16, n. 1, p. 05-18, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/l052O6W43ac8A78E4c81.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TARDOQUE, André. **1ª UPP 100% Blindada do País**. 2014. Disponível em: <<http://hi5blindagem.com.br/1a-upp-100-blindada-pais/>>. Acesso em: 26 set. 2017.

VALADÃO, Camila Costa. **A Gente Não Quer Só Comida**: Políticas Públicas para a Juventude no Espírito Santo. 2013. 125 f. Tese (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2013.

VERLI, Caique. **Você sabia que o farol com maior altitude do Brasil fica aqui no Espírito Santo?**. 2017. **Gazeta Online**. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2017/03/voce-sabia-que-o-farol-com-maior-altitude-do-brasil-fica-aqui-no-espírito-santo-1014035132.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

VIANA, Nildo. **Juventude e Sociedade**. São Paulo: Giostri, 2015.

WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 51-54.



APÊNDICE A - Formulário para Entrevista:

TÍTULO DA PESQUISA: “A Percepção de Jovens Residentes do Bairro São Benedito (Vitória/ES) Sobre a Atuação da Polícia Militar na Comunidade”.

1) Faixa etária do entrevistado(a):

- 15-17 anos
- 18-24 anos
- 25-29 anos

2) Sexo:

- F
- M

3) Orientação Sexual/Identidade de gênero:

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- População T
- Outros: _____

4) Estado Civil:

- Solteiro(a)
- União estável
- Casado(a)
- Divorciado(a)

Viúvo

5) Possui filho(a)?

Sim

Não

5.1) Se sim, quanto(s): _____

6) Etnia/cor:

Indígena

Preta

Branca

Amarela

Parda

Outro: _____

7) Escolaridade:

Iltrado (a)

Fundamental Completo

Fundamental Incompleto

Médio Completo

Médio Incompleto

Superior Completo

Superior Incompleto

8) Ocupação profissional:

Trabalha com vínculo formal

- Trabalha sem vínculo formal
- Desempregado(a)
- Autônomo
- Estudante

9) Tipo de moradia:

- Alvenaria
- Palafitas/ barraco

10) Situação de moradia:

- Própria
- Cedida
- Alugada
- Mora com parente

11) O que acha da atuação da PM na Comunidade? Você avalia que possibilita a segurança dos cidadãos? Por quê?

12) Sentimento que a polícia transmite:

- Nenhum sentimento especial
- Proteção
- Medo
- Não soube responder

13) Como os policiais militares desse bairro se relacionam com os moradores no geral?

- Com respeito e cortesia
- Apenas cumprem sua obrigação
- Abusando da autoridade
- Com desrespeito e violência
- Não soube responder

14) Já foi abordado/a pela Polícia Militar?

- Sim
- Não

14.1) Se sim, em qual situação?

14.2) Se sim, sofreu algum tipo de violência (física, psicológica, moral)?

- Sim
- Não

14.3) Como reagiu?

- Manteve-se calmo(a)
- Questionou abordagem
- Buscou meios legais de proteção (Corregedoria Militar, Defensoria Pública, etc.)

() Outros:

15) Conhece pessoas que já sofreram algum tipo de violência policial?

() Sim

() Não

16) Você nota diferença na atuação da PM em comparação a outros bairros considerados não periféricos?

() Sim

() Não

Explique: _____

17) Já ouviu falar sobre a desmilitarização da Polícia Militar?

() Sim

() Não

18) Como você acha que deveria ser a atuação da PM?



ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A Percepção de Jovens Residentes do Bairro São Benedito (Vitória/ES) Sobre a Atuação da Polícia Militar na Comunidade.

Pesquisador professor responsável:

Aluno pesquisador:

Natureza da pesquisa: Identificar a percepção de jovens residentes do bairro São Benedito, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, sobre a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES na comunidade.

Sujeitos participantes da pesquisa: Jovens de 15 a 29 anos residentes do bairro São Benedito – Vitória/ES.

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cuja intenção é Identificar a percepção de jovens residentes do bairro São Benedito, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, sobre a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES na comunidade.

Sua colaboração é de fundamental importância para a realização desta pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e isto não acarretará custos ou danos aos sujeitos participantes desta. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento, sua recusa não trará prejuízo ao pesquisador ou a instituição.

A participação dos sujeitos será através de: formulário com perguntas fechadas e abertas, direcionadas ao objetivo central da pesquisa.

Certificamos que posteriormente a finalização da pesquisa, os dados obtidos serão destruídos, evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social do Centro Universitário Católico de Vitória, preservando seu anonimato e, posteriormente, poderá ser publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

O participante da pesquisa receberá uma via de igual teor e forma do documento por este assinado, onde constam informações sobre a pesquisa, os contatos do pesquisador principal e da estudante pesquisadora, com quem poderá esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação em qualquer momento da realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Católico de Vitória.

Consentimento do Sujeito participante da pesquisa

Eu, _____, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido sobre pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.